

JOSÉ SIMÃO DA SILVA SOBRINHO

**“A LÍNGUA É O QUE NOS UNE”:
LÍNGUA, SUJEITO E ESTADO NO MUSEU DA LÍNGUA PORTUGUESA**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da
Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título
de Doutor em Lingüística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

CAMPINAS

2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

Si38L

Silva Sobrinho, José Simão.

“A língua é o que nos une”: língua, sujeito e Estado no Museu da Língua Portuguesa / José Simão Silva Sobrinho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientadora : Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Ideias linguísticas - História. 2. Políticas Linguísticas. 3. Museu da Língua Portuguesa (São Paulo, Brasil). 4. Língua Portuguesa - Brasil. I. Orlandi, Eni Puccinelli, 1942-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

cqc/iel

Título em inglês: "The language is what unites us": language, subject and State in the Portuguese Language Museum.

Palavras-chave em inglês (Keywords): Linguistic ideas, history; Language Policies; Museu da Língua Portuguesa (São Paulo, Brazil); Portuguese Language, Brazil; .

Área de concentração: Linguística.

Titulação: Doutor em Linguística.

Banca examinadora: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi (orientadora), Prof. Dr. Lauro José Siqueira Baldini, Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva, Prof. Dr. Marcos Aurelio Barbai e Profa. Dra. Verli Fatima Petri da Silveira.

Data da defesa: 09/02/2011.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Linguística.

BANCA EXAMINADORA:

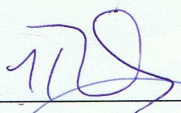
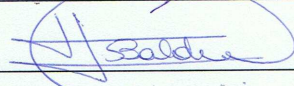
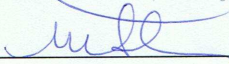
Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi

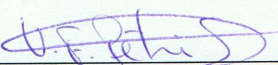
Lauro José Siqueira Baldini

Mariza Vieira da Silva

Marcos Aurelio Barbai

Verli Fatima Petri da Silveira



Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Claudia Regina Castellanos Pfeiffer

Débora Raquel Hettwer Massmann

IEL/UNICAMP
2011

Aos meus pais Antônio Simão e Maria Colares.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi, pela orientação, pelo incentivo, pela liberdade, pela confiança.

Ao Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães e ao Dr. Marcos Aurelio Barbai, pelas contribuições no Exame de Qualificação.

Aos membros da banca examinadora, Dr. Lauro José Siqueira Baldini, Dra. Mariza Vieira da Silva, Dr. Marcos Aurelio Barbai e Dra. Verli Fatima Petri da Silveira, pela interlocução.

À Dra. Claudia Regina Castellanos Pfeiffer e à Dra. Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo, pelas reflexões sobre a História das Idéias Lingüísticas.

À Direção do IEL/UNICAMP e, de forma especial, à Coordenação de Pós-Graduação em Lingüística, pelo ambiente acadêmico.

À equipe do Labeurb/UNICAMP, pela acolhida acadêmica.

Aos funcionários da Secretaria de Pós-Graduação do IEL/UNICAMP, Cláudio Pereira Platero, Miguel Leonel dos Santos e Rosemeire Aparecida de Almeida Marcelino, pelo apoio logístico.

À CAPES e à FAPESP, pelo financiamento da pesquisa mediante a concessão de bolsa de estudo.

A minha família e amigos, pela segurança, pelo encorajamento, pela presença.

*“A fraqueza da memória dá
fortaleza aos homens.”*

Bertold Brecht

RESUMO

O trabalho analisa o funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa. Busca compreender, na perspectiva teórico-metodológica da História das Idéias Lingüísticas, associada à Análise de Discurso, os efeitos de sentidos desse museu, considerando as relações que ele mantém com a história da Língua Portuguesa, da produção brasileira de conhecimento lingüístico, da instituição museu e do processo de formação política e social do Brasil com suas políticas públicas. Metodologicamente, observa o recorte que o museu opera: o que ele mostra como sendo a língua dos brasileiros e o que não mostra, atentando para os efeitos de sentidos produzidos nesse jogo entre o dizer/mostrar e o não-dizer/não-mostrar. Conclui que o Museu da Língua Portuguesa conforma relações equívocas e contraditórias entre língua, sujeito e Estado.

Palavras-chave: História das Idéias Lingüísticas; Políticas Lingüísticas; Museu da Língua Portuguesa; Língua Portuguesa; Língua Brasileira.

ABSTRACT

The work analyzes the discursive functioning of the Portuguese Language Museum. It tries to understand, in the theoretical-methodological perspective of the History of Linguistic Ideas, associated with Discourse Analysis, the effects of sense of this museum, considering the relationships it has with the history of Portuguese, with the Brazilian production of linguistic knowledge, with the museum as an institution and the process of political and social formation in Brazil with their public policies. Methodologically, it observes the way the museum operates: what it shows as being the Brazilian language and what it doesn't show, focusing in the effects of sense produced in this game between say/show and doesn't say/doesn't show. It concludes that the Portuguese Language Museum has equivocal and contradictory relations between language, subject and State.

Keywords: History of Linguistic Ideas; Language Policies; Portuguese Language Museum; Portuguese; Brazilian Language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
PARTE I – A ESPETACULARIZAÇÃO DA LÍNGUA	
1. Língua, sociedade da escrita e museu	25
2. Museu, descolonização lingüística e lusofonia	39
3. Políticas de representação da língua	47
PARTE II – O MUSEU E A UNIDADE IMAGINÁRIA	
1. Língua e unidade nacional	57
2. História da língua e política	63
3. Língua e identidade	67
PARTE III – AS CONTRADIÇÕES DO ESPETÁCULO	
1. Equivocidade do nome “Língua Portuguesa”	77
2. Língua, literatura e nação	91
3. Origem da língua e identificação	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	125
BIBLIOGRAFIA	131

INTRODUÇÃO

Em 20 de março de 2006, o Governo do Estado de São Paulo inaugurou o Museu da Língua Portuguesa, numa parceria com o Governo Federal, por meio do BNDS, do Ministério da Cultura e da Lei de Incentivo à Cultura, com a Fundação Calouste Gulbenkian (instituição portuguesa) e com empresas públicas e privadas (IBM, Petrobrás, TV Globo, Empresa Brasileira de Correios, Instituto Vivo, Votorantin e Eletropaulo).

Neste trabalho, investigamos os efeitos de sentidos desse museu, por uma análise de seu funcionamento discursivo. Consideramos, nessa investigação, as relações que esse museu mantém com a história da Língua Portuguesa, da produção brasileira de conhecimento lingüístico, da instituição museu e do processo de formação política e social do Brasil com suas políticas públicas.

Buscamos, por esse viés, compreender uma das formas da presença do político na linguagem: a institucionalização do saber sobre a(s) língua(s), que se realiza, por exemplo, na produção de dicionários e gramáticas, na elaboração de diretrizes curriculares para o ensino de língua(s), e, como propomos, na criação do Museu da Língua Portuguesa.

Pode-se indagar, tomando como observatório essas práticas institucionais sobre a(s) língua(s), a constituição dos sujeitos, da sociedade e da história. Desse modo, na investigação do Museu da Língua Portuguesa, indagamos como os conhecimentos sobre a Língua Portuguesa produzidos no Brasil concorrem para o processo histórico e político de constituição da sociedade brasileira e da própria língua.

Essa articulação entre o saber institucionalizado sobre a língua e a história da sociedade, bem como entre esse saber sobre a língua e a língua nacional, colocando em relação a unidade e a diversidade em face do Estado, é objeto de investigação no programa de pesquisa História das Idéias Lingüísticas no Brasil, programa que surgiu dos conhecimentos produzidos em projetos

desenvolvidos na década de 1980, como o projeto “Discurso, Significação, Brasilidade”, coordenado por Eni Orlandi na UNICAMP.

Uma das linhas de pesquisa desse projeto tratou da questão da língua e da brasilidade. Interesses relacionados a essa linha de pesquisa levaram Eni Orlandi a um Pós-Doutorado na França, onde conheceu Sylvain Auroux, à época diretor de um projeto internacional sobre a história das teorias lingüísticas. Esse contato resultou em um convênio entre o IEL/UNICAMP e a Universidade Paris VII, com apoio CAPES/COFECUB, convênio que resultou no projeto “História das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e a Constituição da Língua Nacional”, coordenado, no Brasil, por Eni Orlandi e, na França, por Sylvain Auroux. De lá para cá, outros projetos foram desenvolvidos ou estão em andamento com a participação de outras universidades brasileiras e européias.

Dentro desse programa, que assume uma perspectiva multidisciplinar, nossa investigação se filia a uma forma específica de pensar a história do conhecimento sobre a língua, forma atenta à materialidade histórica dos objetos simbólicos (as gramáticas, os dicionários e, como estamos considerando, o Museu da Língua Portuguesa) que institucionalizam um saber sobre a língua que determina historicamente nossa relação com a(s) língua(s), com o Estado e com outros falantes.

Subsumindo essa forma de reflexão, investigamos as relações do discurso sobre a língua depreendido no museu com as formações discursivas, em seu vínculo com a ideologia. Seguindo esse percurso analítico, consideramos a relação entre o dizer e o não-dizer, o que nos permitiu compreender a configuração das formações discursivas em funcionamento.

Em outros termos, como procedimento de análise, em nosso “gesto de interpretação”, efeito de nossa relação com a língua e com a história, relacionamos o que foi dito no museu, nas várias exposições permanentes e temporárias, com o que não foi dito e/ou o que poderia ter sido dito sobre a língua.

Fizemos várias visitas ao Museu da Língua Portuguesa, as quais resultaram na reunião do *corpus* “empírico” da pesquisa (anotações, fotografias,

gravações em áudio e vídeo, documentos oficiais e catálogos). Foi necessário, então, recortar as unidades discursivas que compuseram o *corpus* discursivo da investigação, entendendo-se o recorte como um “fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1984, p. 14).

Operamos, portanto, com a noção de recorte e não com a noção de segmento. Orlandi (1984, 1986) desenvolve em termos teóricos esse deslocamento necessário. A noção de segmento, como assinala a autora (1984, p. 13), está comprometida ideologicamente com as teorias que privilegiam a informação. No trabalho com os discursos, o que interessa é a multiplicidade de sentidos, a polissemia e não a informação.

O deslocamento da noção de segmento para a noção de recorte se articula com o deslocamento do trabalho com a frase para o trabalho com o texto, entendido como “o todo em que se organizam os recortes”, todo comprometido com as condições de produção e caracterizado pela dispersão e incompletude (ibidem, p. 14).

O recorte “resulta de teoria e é uma construção” (idem, 1986, p. 121). As “montagens discursivas” que produzimos com os recortes são “momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação” (PÊCHEUX, [1983] 1997a, p. 57)¹.

A noção de recorte, tal como formulada por Orlandi (1984, 1986), possibilitou a análise discursiva das imagens que compõem o acervo do Museu da Língua Portuguesa. A noção de recorte nos permitiu analisar as imagens fora da perspectiva da chamada “gramática da imagem”, perspectiva que, tomada pela ilusão da transparência, segmenta a imagem em unidades, à semelhança das análises lingüísticas.

O trabalho com recortes está associado a outro deslocamento: trabalhamos com “fatos” e não com “dados”, deslocamento que coloca o estudo da

¹ A data entre colchetes é a da primeira edição da obra na língua original, a outra data é a da edição consultada.

linguagem no terreno do acontecimento lingüístico e do funcionamento discursivo, possibilitando a compreensão dos processos de produção da linguagem.

Sob essa perspectiva, como formula Orlandi (1996a, p. 211), os “dados” não existem enquanto tais, eles são o resultado de gestos teóricos, fato que a ideologia positivista busca apagar por meio da produção de evidências. Os “dados” são discursos e não objetos empíricos como formula essa ideologia.

Como assinala a autora, o mesmo gesto político que, na história das ciências, naturaliza os objetos científicos, transformando-os em “dados”, opera a separação entre sujeito/objeto, exterioridade/interioridade, teoria/análise, entre outras, dicotomias das quais procuramos nos deslocar.

Em nosso trabalho com os “fatos”, teoria e análise não se separaram. A organização (registro e recorte) do *corpus* da pesquisa exigiu nossa exposição à matéria significativa sob análise e o retorno constante à teoria. Nesse batimento entre a teoria e o *corpus* construído foi se constituindo o objeto discursivo.

A perspectiva teórico-metodológica que assumimos na pesquisa não é, portanto, nem a desenvolvida pela Museologia, nem a desenvolvida pela História ou pela Antropologia. O Museu nos interessa como discurso, ou seja, como efeito de sentidos entre locutores (PÊCHEUX, [1969], 1997b).

Com isso, deslocamo-nos da perspectiva da informação, da documentação, das questões da memória histórica, da preservação e da conservação para a perspectiva da análise discursiva da historicidade do Museu, que considera como constitutiva dessa instituição as suas relações com outras instituições, com outros objetos simbólicos, com as suas condições de produção e com o interdiscurso, a memória do dizer.

Desse modo, funciona, em nosso percurso analítico, a distinção feita por Orlandi (1996b) entre ordem e organização. Como estamos compreendendo, a ordem diz respeito à materialidade simbólica do museu e a organização ao trabalho de documentação museológica (inventário, classificação, catalogação etc.).

Deslocamo-nos do trabalho com a organização do acervo museológico para a investigação da “ordem do discurso” (ORLANDI, ibidem, p. 45), para o estudo dos modos como as exposições do Museu da Língua Portuguesa se inscrevem na história. As exposições funcionam na história. É aí que elas significam. Está aí a sua ordem, a sua materialidade.

Dividimos o trabalho em três partes. Na primeira, analisamos as condições de possibilidade do referido museu, as suas condições de produção. Na segunda, analisamos o discurso sobre a língua (re)produzido no museu. Na terceira, analisamos as contradições, os equívocos produzidos pelos modos como o museu se inscreve na história.

PARTE I
A ESPETACULARIZAÇÃO DA LÍNGUA

1. LÍNGUA, SOCIEDADE DA ESCRITA E MUSEU

O fato de sermos uma sociedade da escrita, com suas divisões (alfabetizado/analfabeto, urbano/rural, escrita/oralidade etc), foi condição de possibilidade da transformação da língua em acervo museológico, em espetáculo, no Museu da Língua Portuguesa.

A escrita foi condição necessária desse museu, primeiramente, porque tornou possível dar visibilidade à língua por meio de conceitos. A escrita possibilitou o desenvolvimento das metalinguagens, permitiu o gesto político de apropriação da língua por intermédio de teorias, em seus vínculos com a ideologia.

A apropriação da língua pela teoria, como estamos propondo, não se confunde com a apreensão fenomenológica ou hermenêutica, em que, como assinala Pêcheux ([1983] 1997a, p. 50), “descrever se torna indiscernível de interpretar”. Discursivamente, a descrição supõe “o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua” (ibidem, p. 50).

Desse modo, quando formulamos que a invenção da escrita possibilitou a apropriação da língua, e a sua institucionalização, consideramos, com Pêcheux ([1975] 1997c, p. 190), que “a história da produção dos conhecimentos não está *acima* ou *separada* da história da luta de classes” (grifos do autor), pelo contrário, “as condições da produção dos conhecimentos científicos estão inscritas nas condições da reprodução/transformação das relações de produção” (ibidem, p. 190).

A produção de conhecimento científico ocorre em condições históricas específicas. No caso do Brasil, a produção de conhecimento sobre a língua teve momentos distintos. Os conhecimentos lingüísticos produzidos à época da colonização nos inscreveram na ideologia da escrita portuguesa, com sua memória, com seu imaginário. No final do século XIX, nas condições históricas da descolonização, nossos gramáticos conquistaram o direito à autoria do

conhecimento lingüístico. O deslocamento da autoria desse conhecimento de Portugal para o Brasil legitimou a nossa escrita. A partir de então, passamos a ter uma escrita brasileira, legítima, que estrutura a nossa sociedade, que constitui as nossas relações sociais, que conforma o nosso imaginário social.

A escrita é, nessa perspectiva, mais que um “suporte transposto” da linguagem (AUROUX, 1998a, p. 63), ela é estruturante da formação social e de seu imaginário (ORLANDI, 1999a, p. 7). Nas sociedades ocidentais ela é ideologia dominante, de forma que, “mesmo quando pensamos estar na oralidade, estamos na oralização da escrita” (ibidem, p. 6). Nessas sociedades não cabe, portanto, tomar a escrita e a oralidade como tipologias, embora elas funcionem assim no imaginário social. Como afirma Orlandi (ibidem, p. 6), “nossos enunciados já têm a forma material da escrita, no modo mesmo em que se configura nossa memória discursiva”.

Em seu funcionamento, a escrita se caracteriza pela estandardização, ou seja, pela “colocação em formas fixas” (AUROUX, 1998a, p. 70). Ela tende a ser mais universalizante, o que produz necessariamente um declínio da variabilidade da língua.

Por um lado, a invenção da escrita produziu essa redução da variabilidade, transformou profundamente as práticas languageiras, mudou significativamente o funcionamento da memória; por outro, como afirma o filósofo, ela permitiu o desenvolvimento de uma nova forma de racionalidade, uma razão gráfica, sem a qual, entre outras coisas, não teria sido possível o surgimento das ciências da linguagem.

A escrita transformou o funcionamento da memória discursiva. Ela produziu diferentes modos de inscrição na/da memória discursiva. Como formula Orlandi (1999a, p. 7), “escrita e oralidade produzem diferentes gestos de interpretação”, relativos a diferentes posições-sujeito.

Formulando do lugar da História, Le Goff ([1977] 2003) vincula o surgimento das práticas museológicas modernas aos desenvolvimentos da memória coletiva escrita a partir do Renascimento.

De qualquer modo, não nos deteremos na discussão sobre as conseqüências da invenção da escrita, sobre os efeitos de uma escrita nas sociedades orais. O que nos interessa, aqui, é que a invenção da escrita é um processo de objetivação. Como formula Aurox (1998a, p. 77), “o processo de aparecimento da escrita (queremos dizer de uma escrita) é um processo de objetivação considerável e sem equivalente anterior”. Esse processo de objetivação tornou possível dar visibilidade à língua por meio de dicionários, de gramáticas e, no nosso caso, do Museu da Língua Portuguesa.

A apropriação da língua por meio de teorias, gesto político em parte possível por causa da invenção da escrita, é sempre parcial. Primeiro, porque a língua é inapreensível em sua totalidade. Trazemos, para ajudar a pensar isso, a distinção feita por Aurox (1998b) entre língua gramatical, língua empírica e hiperlíngua.

Para esse autor, a língua gramatical se define como o conjunto das frases que permite ao gramático ou ao lingüista construir uma gramática. A língua empírica, por sua vez, é o conjunto das frases realizadas por um grupo de falantes de uma determinada língua. Essas duas línguas, afirma Aurox (*ibidem*), não se recobrem. A língua gramatical jamais será capaz de predizer todas as práticas languageiras dos falantes de uma dada língua.

Essa impossibilidade ocorre porque, como afirma o autor, “a linguagem não é autônoma, não se trata de uma esfera de atividade em si e por si” (*ibidem*, p. 22). As práticas languageiras são conformadas pela hiperlíngua, a “realidade que engloba e situa toda realização lingüística e limita concretamente toda inovação” (*ibidem*, p. 22). Como os lingüistas e gramáticos não podem apreender teoricamente todos os aspectos da hiperlíngua, as gramáticas que produzem são sempre parciais em relação à língua empírica.

Discursivamente, essas gramáticas são parciais, também, porque correspondem sempre a um ponto de vista. Coloca-se, nessa perspectiva, a relação entre a descrição e a interpretação. Há um batimento entre descrição e interpretação, nos diz Pêcheux ([1983] 1997a, p. 54). Descrição e interpretação

não são fases sucessivas da análise: “toda descrição abre sobre a interpretação”, e não qualquer interpretação (ibidem, p. 54).

Sobre o não recobrimento da língua pelo conhecimento lingüístico produzido por lingüistas e gramáticos, é interessante, também, a distinção que Orlandi (2009a)² faz entre língua imaginária e língua fluida. A língua imaginária é definida pela autora como a “língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros)” (ibidem, p. 18). A língua fluida, por sua vez, é “a língua movimento, mudança contínua, a que não pode ser contida em arcações e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas” (ibidem, p. 18).

A língua imaginária produz os seus efeitos na relação do falante com a língua e com os outros falantes. Como assinala Orlandi (ibidem, p. 18), essa língua intervém em nosso imaginário produzindo a ilusão de uma língua estável, com unidade, regradada e que podemos controlar.

Sem a razão gráfica desenvolvida a partir da invenção da escrita, não existiriam as metalinguagens que conformam a língua imaginária. Como analisa Aurox (1992, 1998a), o desenvolvimento da razão gráfica não foi, contudo, condição suficiente para a criação das metalinguagens. A descrição e análise gramatical tiveram como causa primeira a necessidade de leitura de textos escritos.

Definindo o que estamos chamando de razão gráfica, afirmamos com Aurox (1998a, p. 74) que o traço principal da razão gráfica é a bidimensionalidade, a utilização do espaço plano, o que permite, entre outras coisas, recortar a fala em unidades e organizá-las em paradigmas. A razão gráfica se distingue por meio de possibilidades tais como a fixação, a objetivação e a conservação, possibilidades interditadas às sociedades orais.

A razão gráfica possibilita a formalização, essencial ao desenvolvimento não só das metalinguagens, como também das ciências de modo geral. Conforme

² A autora apresentou essa distinção entre língua imaginária e língua fluida em 1985, em evento no IEL/UNICAMP, conforme nota de rodapé do texto citado.

Auroux (ibidem, p. 75), “somente a escrita torna possível atingir o nível do *formalismo*” (grifo do autor), sem o qual não existiria a língua gramatical ou a língua imaginária sustentada, sobretudo, no trabalho do lingüista e do gramático.

Sem a razão gráfica produzida pela escrita, seria, portanto, impossível a apropriação da língua pela teoria. Conseqüentemente, uma instituição como o Museu da Língua Portuguesa não seria possível, pois o que se mostra ao visitante desse museu é uma dispersão de discursos sobre a língua produzidos na história dos conhecimentos lingüísticos, articulada à história da formação social e política brasileira.

A língua imaginária que a razão gráfica possibilitou que fosse produzida é constitutiva do trabalho de representação da língua nesse museu. É o que se pode observar no “Beco das Palavras”, sala com um jogo eletrônico onde o visitante brinca juntando sílabas para formar palavras. Quando forma uma palavra, fica conhecendo sua origem e significado etimológico:

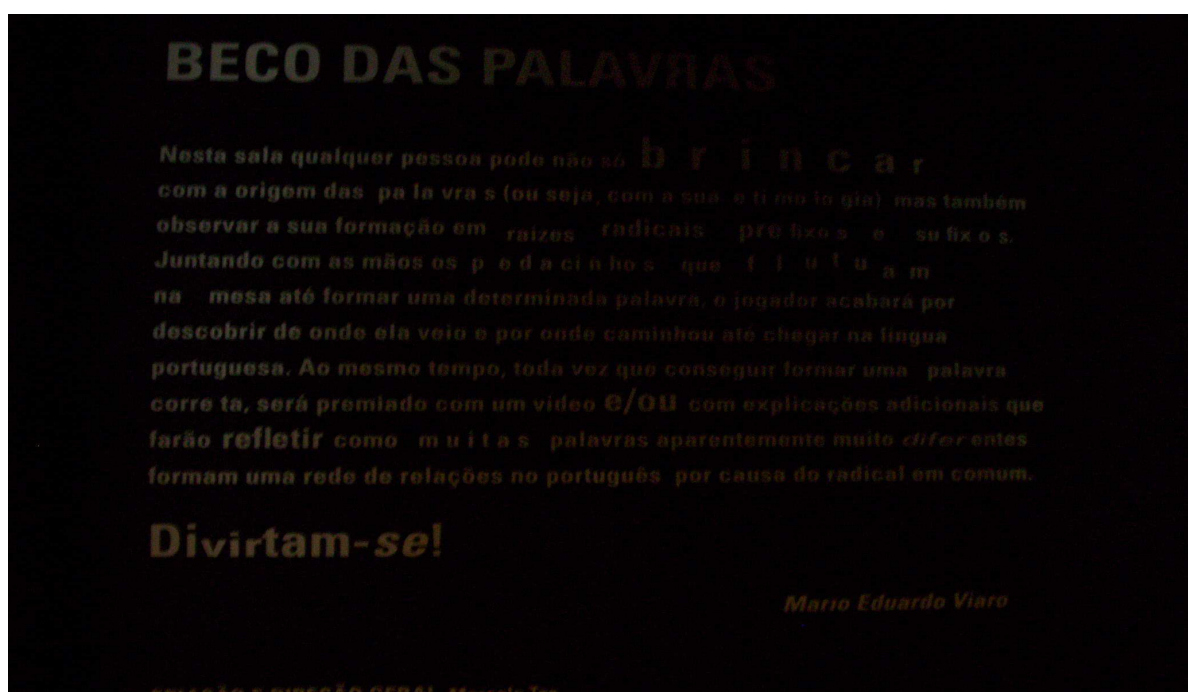


Figura 1- Beco das Palavras - Museu da Língua Portuguesa



Figura 2 - Beco das Palavras - Museu da Língua Portuguesa

Funciona nesse jogo, sob a forma do pré-construído (“qualquer pessoa pode...” – Figura 1), o conhecimento lingüístico que concebe a palavra como o elemento organizador da língua e do mundo. Conforme esse conhecimento produzido antes e independentemente do museu, as palavras carregam os significados da língua em seus radicais, raízes e afixos, como lemos na Figura 1. E pode-se chegar a esses significados por meio do estudo etimológico.

O pré-construído, como estamos compreendendo, remete, ao mesmo tempo, “àquilo que todo mundo sabe” e “àquilo que todo mundo, em uma ‘situação’ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do ‘contexto situacional’” (PÊCHEUX, [1975] 1997c, p. 171) – conforme a Figura 1, “qualquer pessoa pode...”. O pré-construído “corresponde ao ‘sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade” (ibidem, p. 164).

Nesse pré-construído funciona a evidência do conceito de palavra, evidência que funciona, também, em outros espaços institucionais, como na Escola. Cox e Assis-Peterson (2001), analisando o cotidiano escolar de duas turmas de alfabetização, notaram que “a palavra é o mote de tudo: da leitura, da cópia, do ditado, das atividades de escrita” (ibidem, p. 64). As professoras das turmas observadas trabalhavam “com o conceito morfológico de palavra, representado graficamente pelos espaços em branco à direita e à esquerda da unidade, como se ele fosse natural e óbvio para todo mundo” (ibidem, p. 65).

As autoras relatam uma ocorrência bastante interessante sobre o funcionamento dessa evidência do conceito de palavra. Em uma atividade de formação de frases, um aluno escreveu o seguinte a respeito da palavra “moela”: “elaedura”. A professora reagiu à escrita do aluno nos seguintes termos:

“ô meu filho, por que você escreveu junto? Você fala uma palavra e dá um espaço, fala outra e dá outro espaço. Por exemplo, “eu” e “você” não escreve junto. Escrevo “eu”, dou um espaço, aí escrevo “você”. Gente (dirige-se então para a classe toda), nós não escrevemos nada emendado, nós damos um espaço, escrevemos outra palavra. Escrevo uma palavrinha, coloco o dedinho, escrevo outra palavrinha, coloco o dedinho, escrevo outra ... (COX e ASSIS-PETERSON, 2001, p. 68).

O “Beco das Palavras” é um jogo constituído por esse imaginário da identidade da palavra. Os conceitos de palavra, sílaba, raiz, radical, prefixo e sufixo, em funcionamento na Figura 1, representam uma apropriação teórica da língua ausente nas chamadas sociedades orais. Para jogar esse jogo, como vemos na Figura 2, o visitante do museu precisa ter sido interpelado pelo discurso sobre a língua que define a palavra como unidade ou entidade lingüística básica, discernível espacialmente.

O museu se inscreve na longa tradição ocidental de estudos lingüísticos que tem a palavra como unidade discernível e divisível de análise. Tradição que

remonta aos estudos mais antigos sobre as partes do discurso, depreendidas por meio da segmentação linear das frases, e chega à Lingüística dos séculos XX e XXI, ganhando novas configurações.

Praticamente todos os artefatos da exposição permanente do museu operam sobre o conceito de palavra e a noção de segmentação, noção vinculada às ideologias da informação. Na “Grande Galeria”, um dos artefatos do museu, afirma-se que a palavra é a “matéria-prima”:

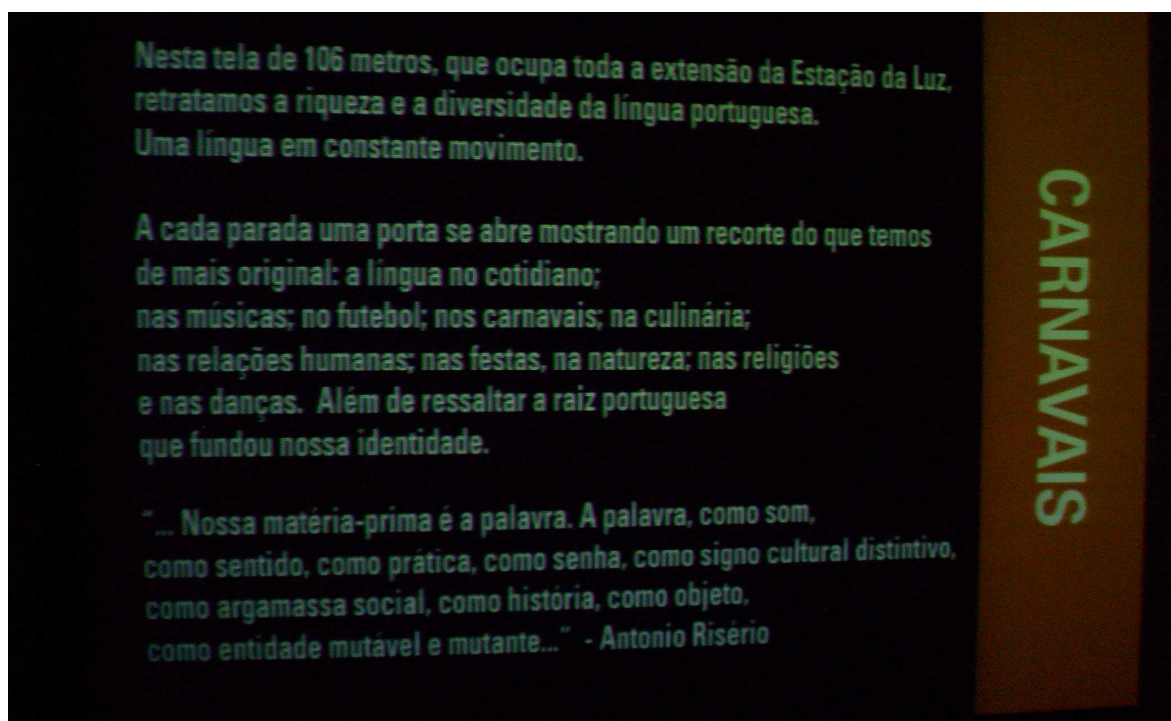


Figura 3 - Grande Galeria - Museu da Língua Portuguesa

Nas Figuras 4 e 5, abaixo, é interessante observar que o museu significa a “riqueza e a diversidade da Língua Portuguesa” ou o “que temos de mais original: a língua” (Figura 3) como o conjunto de palavras produzidas no processo de reterritorialização da Língua Portuguesa no Brasil. A “originalidade”

lingüística brasileira está circunscrita, nessa discursividade, às palavras “novas” que produzimos em nossas diferentes práticas simbólicas.

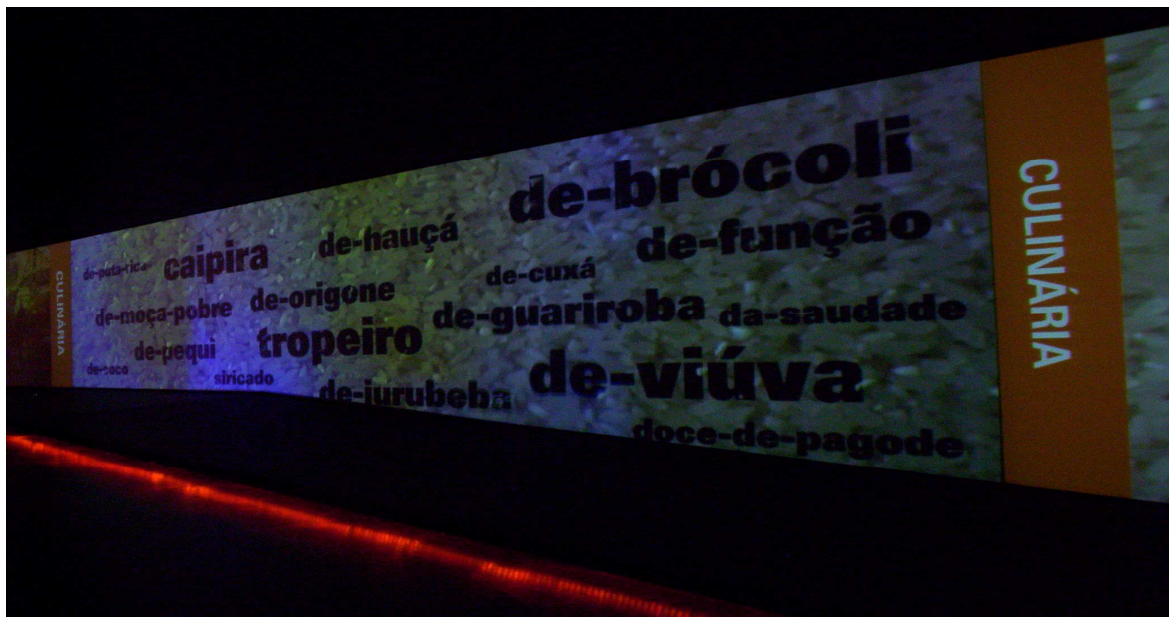


Figura 4 - Grande Galeria - Museu da Língua Portuguesa

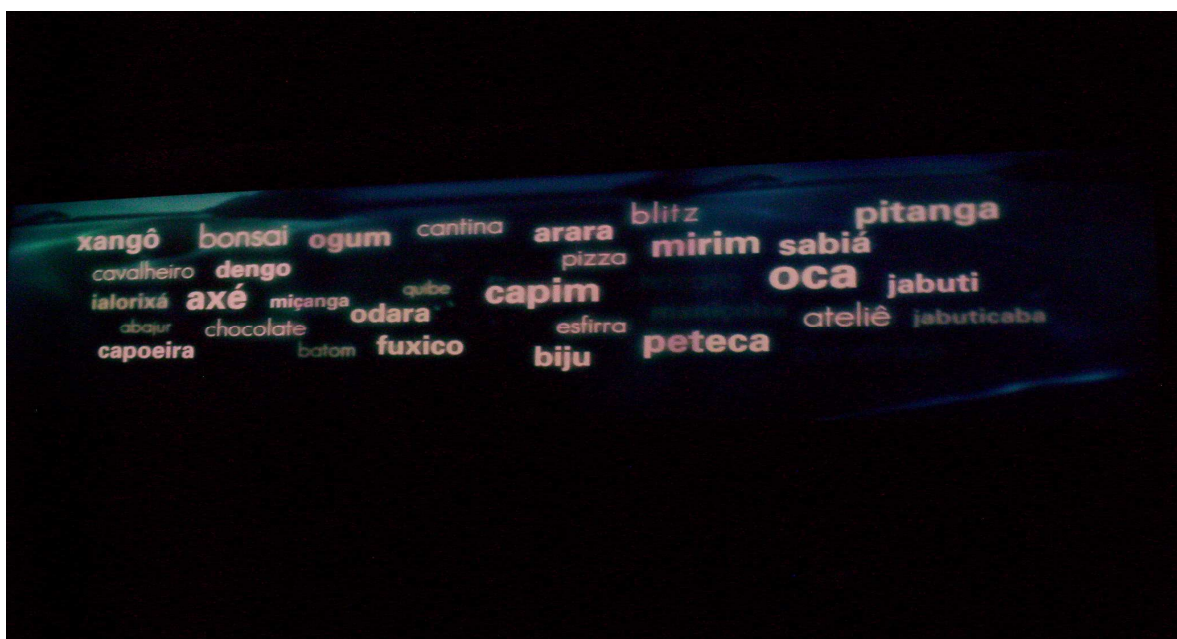


Figura 5 - Filme Idiomaterno - Museu da Língua Portuguesa

As palavras, que conforme o museu “retratam” o “que temos de mais original: a língua” (Figura 3), são mostradas na tela, escritas em cores e tamanhos diferentes, com o emprego de diferentes recursos gráficos e visuais. Na representação da língua produzida pelo museu, as palavras se movimentam: aparecem, desaparecem, dão lugar a outras. Dessa forma, o museu representa o caráter dinâmico da língua, representa que a língua está “em constante movimento”, que é “mutável e mutante” (Figura 3).

A contradição trabalha essa representação da língua do Estado brasileiro. Por um lado, o museu representa a língua como sendo dinâmica, por outro, as diferenças de nossa língua são reduzidas a um rol de palavras “novas” produzidas por nossas práticas simbólicas. O museu enuncia, a partir de diferentes posições discursivas, que a língua está “em constante movimento” e, ao mesmo tempo, ressalta “a raiz portuguesa que fundou a nossa identidade” (Figura 3). De um lado a língua conformada por nossas práticas simbólicas é o que “temos de mais original”, de outro, ela vincula nossa identidade a Portugal (Figura 3).

No artefato “Grande Galeria”, do qual o texto da Figura 3 é a introdução, numa tela de 106 metros, 11 filmes são projetados (“Cotidiano”, “Músicas”, “Futebol”, “Carnavais”, “Culinária”, “Relações Humanas”, “Festas”, “Natureza”, “Religiões”, “Danças” e “Raiz Lusa”). A tela está dividida em cinco partes, possibilitando a projeção simultânea de cinco filmes. É significativo que, nessa representação da língua do Brasil, o filme “Raiz Lusa” passa sempre na parte central da tela, que fica no espaço onde outros artefatos também narram a história de nossa língua. Um efeito de sentidos que esse destaque, que essa centralidade produz é o da identificação com Portugal.

A língua transferida para o Brasil mudou. E o museu, na representação da “Grande Galeria”, mostra bem o que produziu essa mudança. Do lado de cá do Atlântico, a língua do colonizador entrou em contato com outras línguas e culturas. Aqui ela foi praticada sob diferentes condições de produção, incluindo-se, nessas condições de produção, práticas simbólicas diferentes daquelas que conformavam a língua em Portugal.

A realização da unidade necessária (e não da originalidade, como formula o museu) nos coloca, assim, de um lado, em face da língua do colonizador e, de outro, em face dessas condições materiais de produção que fizeram surgir uma língua diferente no Brasil. Essa ambivalência trabalha a relação do brasileiro com a sua língua no Museu da Língua Portuguesa, produzindo o equívoco e a contradição.

Queremos retornar, ainda, à constituição do museu pela filiação à concepção de língua centrada no conceito de palavra. Por essa filiação de sentidos, o museu representa a língua por meio de listas de palavras, como no jogo “Palavras Cruzadas”, por meio do qual o visitante pode conhecer o significado de algumas palavras que teriam “influenciado” o Português do Brasil:

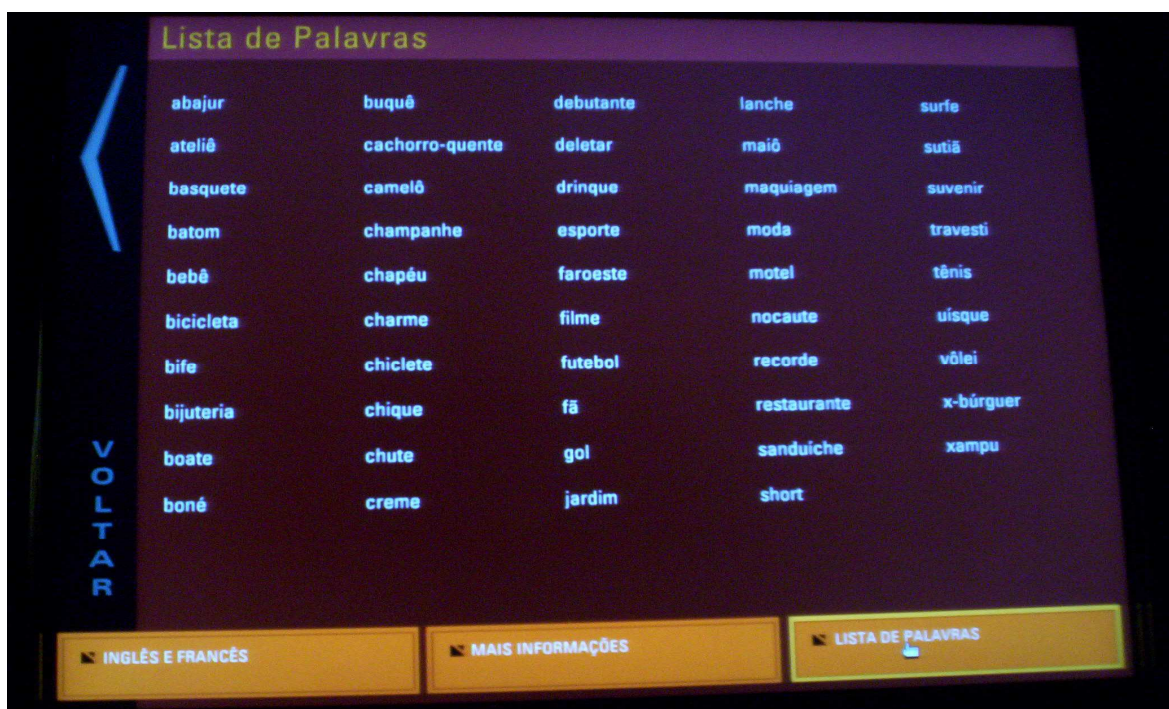


Figura 6 - Palavras Cruzadas - Museu da Língua Portuguesa

Observemos como o museu concebe a palavra. Nos jogos “Beco das Palavras” e “Palavras Cruzadas”, os visitantes “brincam” com a significação das palavras. Nos dois jogos, o museu trabalha com a significação da palavra solta, descontextualizada. Desconsidera-se que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc. não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante)” (PÊCHEUX, [1975] 1997c, p. 160).

O museu não considera que o sentido “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (ibidem, p. 160). Uma palavra adquire sentido em referência às posições ideológicas sustentadas por quem a emprega (ibidem, p. 160).

No “Beco das Palavras”, a perspectiva adotada é a da etimologia. Na Figura 1, formula-se que “muitas palavras aparentemente muito diferentes formam uma rede de relações no português por causa do radical em comum”. Está em funcionamento nesse enunciado, constituindo sentidos, o que Pêcheux (ibidem, p. 177) chama de “imaginário lingüístico”, imaginário relacionado ao esquecimento do discurso-transverso que engendra a tal “rede de relações” entre palavras. As palavras formam redes na relação da língua com a história. O “imaginário lingüístico” produz o esquecimento dessa relação e faz funcionar as “evidências lexicais” que estão inscritas na estrutura da língua, nos radicais comuns, nas raízes e nos afixos.

Outros aspectos do “imaginário lingüístico” em funcionamento no museu podem ser compreendidos no artefato “Grande Galeria”, no qual o museu faz uma citação de Antônio Risério, poeta, antropólogo e historiador baiano:

“...Nossa matéria-prima é a palavra. A palavra, como som, como sentido, como prática, como senha, como signo cultural distintivo, como argamassa social, como história, como objeto, como entidade mutável e mutante...” (Figura 3)

No enunciado “... nossa matéria-prima é a palavra”, depreendemos a filiação do museu à perspectiva funcionalista dos estudos da linguagem, perspectiva na qual o falante é entendido como usuário e a língua como instrumento – “matéria-prima”. Há, nessa perspectiva, o esquecimento da determinação do sujeito pela língua e pela história. O museu está, assim, filiado a concepções da linguagem como “conjunto de sinais de que a humanidade intencionalmente se serve para comunicar as suas idéias e pensamentos” (COUTINHO, 1976, p. 21).

O segundo período da citação pode ser parafraseado como segue:

- (1) A palavra é som.
- (2) A palavra é sentido.
- (3) A palavra é prática.
- (4) A palavra é senha.
- (5) A palavra é signo cultural distintivo.
- (6) A palavra é argamassa social.
- (7) A palavra é história.
- (8) A palavra é objeto.
- (9) A palavra é entidade mutável e mutante.

Esses sentidos para o que é uma palavra constituem os vários artefatos que compõem o acervo do Museu da Língua Portuguesa. São sentidos que, tomados pela ilusão da transparência da linguagem, esquecem que a palavra, em suas relações com a história, pode ser, também, o contrário de tudo isso. E esses sentidos esquecidos também constituem o museu.

Como se pode notar, o discurso sobre a língua conformado pelo Museu da Língua Portuguesa se sustenta no conhecimento científico, sobretudo no conhecimento produzido no campo da Sociolingüística e da Lingüística Histórica. Como se verá em outras seções, esse discurso se articula com outros discursos, como o da nacionalidade, o da identidade, o da patrimonialização, o da

mundialização e o da descolonização, produzindo uma imagem para a Língua Portuguesa vinculada a uma imagem da nação brasileira.

Impõe-se, nesse ponto, uma observação sobre a produção discursiva dos objetos museológicos. A análise do Museu da Língua Portuguesa que estamos empreendendo permite perceber que a musealidade é um efeito do trabalho da memória discursiva e não uma qualidade intrínseca ou natural dos objetos que constituem o acervo. A musealidade é um efeito de sentidos e sua evidência resulta do trabalho da ideologia.

A musealização produz um deslocamento na memória. No caso do Museu da Língua Portuguesa, o processo de musealização desloca a língua da posição discursiva da ciência, onde é objeto de investigação, para a posição discursiva do museu, onde é significada como patrimônio imaterial. Um efeito metafórico importante ocorre nesse deslocamento: mantém-se, no museu, o imaginário da objetividade que caracteriza o discurso científico.

Esse deslocamento foi possível porque, no campo da ciência lingüística a língua é, também, concebida, de certa forma, como patrimônio – “um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade” (SAUSSURE, [1916] 1999, p. 21).

2. MUSEU, DESCOLONIZAÇÃO LINGÜÍSTICA E LUSOFONIA

Embora a invenção da escrita tenha sido imprescindível, ela não foi, contudo, suficiente para desencadear a gramatização das línguas, definindo-se a gramatização como o “processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, 1992, p. 65).

A alteridade, considerada do ponto de vista da necessidade de ler ou transcrever um texto escrito em outra época ou língua, foi o que alavancou a produção do conhecimento lingüístico. Nas palavras de Auroux (1998a, p. 78, grifo do autor), “o impulso do saber lingüístico tem uma de suas origens no fato de que a escrita, *fixando* a linguagem, objetiva a alteridade”.

Os estudos gramaticais e lexicográficos mais antigos de que se tem conhecimento remontam à Escola de Alexandria, alguns séculos antes de nossa era. Foi a partir do Renascimento, contudo, que começou a “gramatização massiva” das línguas cimentada na tradição greco-latina, fenômeno que Auroux (1992) define como a segunda revolução tecnolingüística.

Como afirma esse autor (ibidem, p. 46), foi à época do Renascimento que surgiu a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira, causa primeira da “gramatização massiva”. Essa necessidade teve vários interesses práticos: acesso a uma língua de administração, a um *corpus* de textos sagrados ou a uma língua de cultura, relações comerciais e políticas, viagens (expedições militares, explorações), implantação/exportação de uma doutrina religiosa, colonização.

A segunda causa da “gramatização massiva” diz respeito fundamentalmente à “política de uma língua dada”. Essa causa respondeu a dois interesses: organizar e regular uma língua literária e desenvolver uma política de expansão lingüística interna ou externa (ibidem, p. 47).

No caso do Brasil, a gramatização respondeu, inicialmente, ao interesse prático de colonização, lembrando que a relação de colonização foi, como analisa Orlandi (1993a, 1997, 2002, 2007, 2009a, 2009b), um acontecimento discursivo. No que diz respeito à língua, a colonização foi, conforme a autora, um “acontecimento lingüístico”, pois produziu uma clivagem, uma disjunção que deu origem à língua brasileira.

A colonização lingüística do Brasil não se restringiu à imposição da língua da metrópole. Trata-se, como mostra Orlandi (1990), de um processo muito mais complexo que articulou a religião, a ciência e a política social no apagamento do brasileiro, de sua história, de sua voz.

No processo de colonização lingüística, o conhecimento produzido sobre a Língua Portuguesa, nas gramáticas e dicionários, universalizou o Português de Portugal como norma a ser seguida na metrópole e na colônia. Os estudos sobre o Português ou as línguas indígenas aqui realizados, nesse período, se subordinaram à apropriação do Brasil por Portugal, como aponta Orlandi (2000). Com raras exceções, somente a partir da segunda metade do século XIX a gramatização da Língua Portuguesa se tornou em questão brasileira.

As mudanças políticas ocorridas no Brasil, na primeira metade do século XIX, criaram as condições para a produção de saber sobre a Língua Portuguesa a partir de uma posição-sujeito gramático brasileiro, definida como “lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua” (ibidem, p. 28). A partir desse momento, coloca-se para nossos gramáticos e lexicógrafos não só a questão do Português, mas a questão do Português brasileiro.

O processo brasileiro de gramatização da Língua Portuguesa que então se desenvolveu se caracterizou, como analisa a autora, pela articulação estreita com o processo de construção da nação brasileira, de formação da identidade nacional, de construção da língua nacional, resultando na constituição de um sujeito nacional brasileiro, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, língua que pode ser vista na gramática e no dicionário.

A gramatização brasileira da Língua Portuguesa deu visibilidade teórica às diferenças que se foram produzindo historicamente entre o Português daqui e o de Portugal. A colonização lingüística empreendida por Portugal não conseguiu impedir que a Língua Portuguesa se tornasse outra língua do lado de cá do Atlântico. Houve, como assinala Orlandi (1993a, 1997, 2002, 2007, 2009a, 2009b), uma “clivagem” na história dessa língua. Os trabalhos de nossos gramáticos do final do século XIX e início do XX deram visibilidade teórica para essa “disjunção histórica” que nos constitui como brasileiros.

Essa disjunção conforma sentidos para a espetacularização da língua no Museu da Língua Portuguesa, entendendo-se o espetáculo, num sentido próximo ao formulado por Debord ([1967] 1997), como um discurso que, na “aparência fetichista de pura objetividade”, esconde “o seu caráter de relação entre homens e entre classes” (ibidem, p. 20).

Definido dessa maneira, o espetáculo da língua não se confunde com o conjunto de imagens que compõem o acervo do Museu da Língua Portuguesa, nem com o entretenimento, mas diz respeito à “relação social entre pessoas, mediada por imagens” (ibidem, p. 14). O espetáculo, pensado nessa perspectiva, pressupõe, portanto, a separação, a divisão, as relações de dominação. O espetáculo se apresenta como um “instrumento de unificação” (ibidem, p. 14).

Apropriando-nos parcialmente desse conceito formulado por Debord, argumentamos que o espetáculo da língua é constituído, de um lado, pelo imaginário da unidade produzido na relação de colonização, imaginário que universaliza a língua do colonizador, imaginário relativo ao discurso da lusofonia, de outro, pelo imaginário da unidade nacional, que nos constitui como brasileiros. Essa contradição constitutiva do Museu da Língua Portuguesa faz dele um espaço de equívocos.

Pensamos que é oportuno estabelecer que o imaginário está sendo compreendido, nesse trabalho, como um efeito do funcionamento ideológico. Em seu funcionamento, a ideologia produz a ilusão de que a relação entre a linguagem e o mundo é direta. Como afirma Orlandi (1994, p. 57), essa “relação

não é direta, mas funciona como se fosse, por causa do imaginário”. O funcionamento ideológico produz efeitos de evidência e de transparência. A esse aspecto do funcionamento ideológico é que estamos chamando de imaginário.

O museu, em sua materialidade, que é histórica, é constituído pelo discurso da lusofonia, que tem, como uma das dimensões de seu funcionamento, o imaginário da unidade da Língua Portuguesa. O “acontecimento lingüístico” identificado por Orlandi (1993a, 1997, 2002, 2007, 2009a, 2009b) funciona, contudo, como o real do discurso sobre a língua (re)produzido pelo museu. A “descolonização lingüística” faz falhar a homogeneização lingüística imaginária da lusofonia.

Como analisa a autora (1990), no processo de colonização do Brasil, o olhar do colonizador foi exposto ao desconhecido. Nessa exposição, o colonizador se viu obrigado a atribuir sentidos a uma fauna, uma flora e a culturas bem diferentes daquelas já conhecidas pelo Velho Mundo.

Na “injunção à interpretação”, o “sem-sentido” do Novo Mundo se fez sentido, instaurando uma ordem simbólica diferente. Nesse processo, o sentido diferente não irrompeu do nada, mas de deslocamentos no sentido já-lá que constituía a memória discursiva do colonizador.

Essa relação do colonizador com o “sem-sentido”, ao mesmo tempo em que fundou uma ordem de sentidos diferente, formou um espaço de produção lingüística no Brasil. A relação com o “sem-sentido” foi um dos fatores que deu origem aos primeiros gestos de instrumentação do Português no Brasil. Gestos cimentados no já-dito, mas nos quais se insinuaram sentidos diferentes.

Contribuiu, também, para essa clivagem na história do Português, como analisam Orlandi e Guimarães (2001), o contato dessa língua com as línguas indígenas. Desse contato resultou a chamada língua geral, língua majoritariamente falada no início da colonização, apesar de a Língua Portuguesa ser ensinada nas escolas e usada em documentos oficiais, o que já a definia como língua do Estado português no Brasil.

Além das línguas indígenas, o Português entrou em contato, ainda, com as línguas dos africanos trazidos ao Brasil como escravos, lembrando que, na perspectiva discursiva que adotamos, o contato entre línguas é pensado em termos da relação política, logo, conflituosa entre as memórias nelas inscritas.

O contato com as línguas indígenas e africanas e o aumento do número de falantes do Português, com a intensificação da ação colonizadora, foi, aos poucos, tornando cada vez mais complexa a realidade lingüística brasileira. A mistura de línguas e povos tornou cada vez mais difícil caracterizar o conjunto da população da colônia. Tornou igualmente complicado atribuir uma forma específica à língua que a distinguiria do Português da metrópole. Essa dificuldade em distinguir que Português era falado na colônia “é o primeiro índice da historicização do Português no Brasil, o que o coloca em desvio na relação com a evolução lingüística em Portugal” (ORLANDI e GUIMARÃES, 2001, p. 23).

Esse processo de “historicização da língua da colonização” (ORLANDI, 1993a, 1997, 2002, 2007, 2009a, 2009b) deu origem a uma língua diferente da Língua Portuguesa de Portugal. A língua mudou do lado de cá do Atlântico. Esse “acontecimento lingüístico” e os modos como ele é significado constituem a “forma material” (ORLANDI, 1990) do espetáculo da língua no Museu da Língua Portuguesa, entendendo-se a “forma material” do museu como o seu funcionamento na história.

Os modos como significamos politicamente a “historicização da língua da colonização” constituem a “forma material” do museu. Do mesmo modo que Orlandi (1994, p. 57), fazemos a distinção entre a “forma abstrata” (caracterizada pela transparência e pelo efeito de literalidade) e a “forma material” (caracterizada pela opacidade e pelo equívoco) do museu.

Depreendemos, no recorte abaixo, esse aspecto da “forma material” do museu. Trata-se de um recorte do filme “Idiomaterno”, um dos artefatos do museu, produzido pela Academia de Cultura, com a direção de Tadeu Jungle e Marcelo Presotto, e com a narração da atriz Fernanda Montenegro:

- (1) “Todos nós nascemos dentro do universo da nossa língua materna. E as palavras dessa língua nos abrigam e envolvem. Nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais. Hoje ela é falada por mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta. Entre os séculos XV e XVI, os portugueses se lançaram numa grande aventura marítima e ancoraram em diferentes terras levando a sua cultura e a sua língua. E os portugueses chegaram ao Brasil. No Brasil, o português sofreu influências de línguas indígenas e africanas e também das línguas de imigrantes. Os encontros e desencontros entre essas culturas e falares criaram uma língua única, original e que continua a se reinventar todos os dias pelas ruas e praças do país com seus ritmos e ritos, nos poemas e nas canções.”

Observe-se que, na primeira parte do enunciado (até “No Brasil”), funciona o imaginário lingüístico da lusofonia conformando sentidos. A língua que “nasceu em Portugal” (voltaremos, em outra seção, a essa filiação naturalista do museu) é significada como a “língua materna” de “mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta”. A relação de colonização produz aí os seus efeitos: a homogeneização imaginária da Língua Portuguesa e o “efeito de coincidência” (PFEIFFER, 2005, p. 28) entre essa Língua Portuguesa imaginária e as línguas maternas dos brasileiros, portugueses, moçambicanos, angolanos etc.

É interessante notar o jogo de sentidos constitutivo dessa perspectiva da lusofonia à qual o recorte está filiado por sentidos. Os dois primeiros períodos do recorte (“Todos nós nascemos dentro do universo da nossa língua materna. E as palavras dessa língua nos abrigam e envolvem”) universalizam a relação constitutiva do sujeito com a língua materna. Trata-se da condição humana. “Todos nós”, “nossa”, “nos” têm como referência os humanos. Contudo, a partir do terceiro período, esses sentidos começam a se deslocar.

A expressão “nossa língua materna”, que aparece formulada no primeiro período, é reescrita por elipse como “nossa língua”, sem o determinante “materna”. Como formula Guimarães (2002, p. 28), a “reescritura” é um procedimento pelo qual “a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito”. Conforme o autor, “ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado”, atribui “aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável” (ibidem, p. 28). No nosso caso, atribui “materna” a “nossa língua”. Desse modo, não é só da condição universal do ser humano que os dois primeiros períodos tratam, eles tratam da universalidade imaginária da Língua Portuguesa – a Língua Portuguesa que “nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais” é significada como a língua de “mais de 200 milhões de pessoas em todos os continentes do planeta”.

A partir dessa análise, os dois primeiros períodos do recorte podem ser parafraseados do seguinte modo: “A Língua Portuguesa que nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais é a língua materna de brasileiros, portugueses, moçambicanos, angolanos etc. As palavras dessa língua abrigam e envolvem os seus mais de 200 milhões de falantes em todos os continentes do planeta.” Essa paráfrase permite depreender a homogeneização imaginária da língua da colonização e o “efeito de coincidência” (PFEIFFER, 2005, p. 28) referido anteriormente.

Na segunda metade do recorte, a expressão “no Brasil” insere outra posição-sujeito, agora relativa ao processo de “historicização da língua da colonização” (ORLANDI, 2007, p. 9). Esse processo conforma sentidos para a língua dos brasileiros que deslocam os sentidos da lusofonia. No recorte sob análise, formula-se que a língua transferida para o Brasil mudou. O contato (o museu fala em “influência”, voltaremos a isso) da língua do colonizador com as línguas indígenas, africanas e de imigração “criaram uma língua única, original e que continua a se reinventar todos os dias”.

Como observamos, o “processo de descolonização lingüística” também conforma sentidos no Museu da Língua Portuguesa, definindo-se a descolonização como o imaginário no qual se produz um acontecimento lingüístico (a gramatização brasileira) “sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra nação” (ORLANDI, 2009b, p. 213).

Como analisa Orlandi (2007, 2009a, 2009b), na descolonização, não é mais Portugal, mas é o Brasil que é o “lugar de memória” por meio do qual os brasileiros e sua língua são significados. A autora assinala que na descolonização lingüística “há um giro no regime de universalidade da Língua Portuguesa que passa a ter sua referência no Brasil” (ORLANDI, 2009b, p. 214) – a língua do Brasil é “única”, formula o museu.

Do mesmo modo que a colonização, continua Orlandi (*ibidem*), a descolonização está relacionada ao “modo como as sociedades se estruturam politicamente em relação aos países, aos Estados, às nações, às tribos” (*ibidem*, p. 214). Colonização e descolonização “são fatos da relação entre a unidade necessária e a diversidade concreta em um mesmo território. Relação da língua fluida e da língua imaginária” (*ibidem*, p. 214).

No recorte analisado nessa seção, sentidos produzidos no processo de colonização e no processo de descolonização constituem posições-sujeito que instalam a contradição no funcionamento discursivo do museu. Funcionam no recorte tanto o imaginário da colonização quanto o imaginário da descolonização.

3. POLÍTICAS DE REPRESENTAÇÃO DA LÍNGUA

Os instrumentos lingüísticos, ou seja, as gramáticas e os dicionários, assim como os manuais de redação dos jornais, as colunas sobre questões de língua nos jornais e revistas, a literatura, etc., são lugares de representação da língua que nos colocam numa dada relação com a(s) língua(s), com os outros falantes e com o Estado.

Falar de representação ou fazer referência a isso alimenta muitos equívocos. Por essa razão, é preciso esclarecer que estamos falando de representação numa abordagem discursiva que desloca a noção de representação de uma filiação positivista e a coloca na perspectiva do funcionamento do imaginário.

No Brasil, várias outras instituições são, também, identificadas historicamente como lugares de representação da Língua Portuguesa, entre elas, a Biblioteca Nacional, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Colégio Pedro II. Essas instituições estiveram envolvidas na produção de dicionários e gramáticas, entre outros instrumentos lingüísticos. Trata-se de espaços institucionais de construção da unidade nacional brasileira.

De acordo com o ideário liberal burguês que se desenvolveu a partir do século XVIII e chegou ao apogeu no final do século XIX, para um povo ser elevado à condição de nação, tem que, entre outras coisas, possuir um vernáculo administrativo e literário escrito (HOBSEBAWM, 1990, p. 49).

Embora a constituição de uma nação exija, como ponto crucial, a existência de uma língua nacional, a relação entre língua e nação não é nem direta nem auto-evidente (ORLANDI, 1996b, p. 128). Uma língua se torna nacional por um processo sócio-histórico marcado pelo conflito entre divergentes posições ideológicas. A unidade imaginária da nação é construída por meio de diferentes instituições, e a língua é uma delas.

Devido ao fato de termos sido colônia, e colônia com uma relação bastante equívoca com a metrópole, o projeto de construção da nação brasileira se inscreveu com muitas contradições no ideário liberal burguês, cabendo às instituições anteriormente referidas, entre outras, desenvolverem processos e percursos de institucionalização da Língua Portuguesa no Brasil. Fizeram isso construindo imaginários de língua associados a imaginários do Brasil e da brasilidade. Elas produziram, desse modo, processos de identificação do brasileiro na relação com a língua.

Não analisaremos essas instituições. Queremos apenas ressaltar a importância delas no processo brasileiro de gramatização da Língua Portuguesa, processo que resultou na constituição de um sujeito brasileiro com sua língua própria, e destacar uma característica comum a todas elas: foram instituições comprometidas com a promoção e divulgação da Língua Portuguesa apenas no Brasil.

Elas foram lugares políticos de representação da língua para os brasileiros. Nisso o Museu da Língua Portuguesa se assemelha a essas instituições. Ele também é parte de uma política lingüística associada a uma política de formação do cidadão brasileiro.

Sobre esse aspecto, é interessante a leitura do documento que criou esse museu, o Decreto nº 50.322, de 8 de dezembro de 2005:

[...]

Artigo 2º - O Museu da Língua Portuguesa tem os seguintes objetivos básicos:

I – oferecer ao público em geral informações audiovisuais de caráter histórico, social e cultural sobre a Língua Portuguesa, em várias dimensões e possibilidades, organizadas em exposição permanente e em exposições temporárias;

II – propiciar, a estudantes e estudiosos, conferências, mesas-redondas, cursos e eventos interdisciplinares relativos à Língua Portuguesa em vários aspectos;

III – gerar produtos educacionais, como monitoria para escolas e atividades para formação de professores;

IV – disponibilizar conteúdos virtuais por meio da Internet.

[...]

Como se pode observar, não consta, entre os objetivos do museu definidos nesse documento, a promoção e a divulgação da Língua Portuguesa em países que não falam essa língua. O museu não está, portanto, associado a uma política externa à semelhança do que ocorre, por exemplo, com o Instituto Camões.

Esse instituto foi criado pelo governo português em 1992. Sob a superintendência do Ministério dos Negócios, ele tem o objetivo de promover e divulgar a Língua Portuguesa em países estrangeiros. Concebido como parte da política cultural externa de Portugal, visa a internacionalização da língua e da cultura portuguesa.

Para alcançar esse objetivo, o Instituto Camões criou o Centro Cultural Português e o Centro de Língua Portuguesa em vários países da Europa, da América, da África e da Ásia. No Brasil, o Centro Cultural Português tem sede em Brasília e pólo em São Paulo.

Esse instituto dá continuidade ao trabalho de outras instituições portuguesas que o precederam: o Instituto para Alta Cultura, criado em 1936 e transformado, em 1952, em Instituto de Alta Cultura, que, por sua vez, se tornou, em 1976, em Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

O Museu da Língua Portuguesa e o Instituto Camões têm algo em comum: ambos têm como meta a promoção da língua do Estado. Há, contudo, uma diferença na abrangência, no alcance de suas ações: o Museu da Língua Portuguesa está voltado para um público interno: os brasileiros. O Instituto Camões, por sua vez, não tem os portugueses como público alvo, desenvolve uma política de internacionalização da Língua Portuguesa.

Os objetivos do Museu da Língua Portuguesa definidos pelo Decreto nº 50.322, citado mais acima, estão mais identificados com o funcionamento de um instituto. O Decreto não fala nem em “preservação”, nem em “conservação”, objetivos tradicionalmente atribuídos à instituição Museu. Designar como museu uma instituição que se configura, em seu funcionamento, como um instituto,

apaga, entre outras coisas, a clivagem na história da Língua Portuguesa, clivagem que fez outra a língua falada no Brasil.

O museu se configura como um arquivo da língua do Estado para os brasileiros. O Museu da Língua Portuguesa é um arquivo do que deve ser lembrado na relação com a língua do Estado brasileiro. Para compreender isso, fazemos distinção, seguindo Orlandi (2003), entre o interdiscurso e o arquivo. O interdiscurso, como diz a autora, é memória constitutiva, refere o saber discursivo que possibilita todo gesto de interpretação, que sustenta todo dizer.

Trata-se de uma memória significativa, memória na/pela qual nossas palavras significam. Desse modo, pode-se afirmar que todo dizer se faz a partir de uma repetição, esclarecendo que, em Análise de Discurso, trabalha-se com a noção de repetição histórica, repetição na qual há deslocamento, deriva, transferência, efeito metafórico. No interdiscurso, portanto, os sentidos se estabilizam e se movimentam.

O arquivo, por outro lado, continua Orlandi, é “memória institucionalizada, estabilização de sentidos” (ibidem, p. 15). Nele, “o dizer é documento, atestação de sentidos, efeito de relações de forças” (ibidem, p. 15). Há, no arquivo, um “efeito de fechamento”, uma vez que ele “repousa sobre o realizado, menos sobre o que pode e muito mais sobre o que deve ser dito” (ibidem, p. 15).

O interdiscurso e o arquivo são, como propõe a autora, dois modos distintos de funcionamento da memória discursiva. Enquanto “o interdiscurso se estrutura pelo esquecimento, o arquivo é o que não se esquece (ou o que não se deve esquecer)” (ibidem, p. 15). O arquivo tem, desse modo, “a forma da instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos” (ibidem, p. 15). No museu da língua, o arquivo acentua o que deve ser lembrado na relação com a língua.

Como arquivo da língua, o Museu da Língua Portuguesa foi designado pela imprensa como “A casa da língua” (SIMÕES, 2006). Colocando em relação língua e discurso, é interessante observar o efeito metafórico constitutivo desse

processo de designação do museu, entendendo-se o efeito metafórico, conforme Pêcheux ([1969] 1997b, p. 96), como o fenômeno semântico no qual sentidos deslizam entre unidades lingüísticas (palavras, frases, expressões etc.) tomadas umas pelas outras em um determinado contexto.

Esse fenômeno semântico é característico das línguas, continua o autor (ibidem, p. 96). Desenvolvendo essa compreensão do funcionamento das línguas, Orlandi (1999b, p. 79) formula que a metáfora, pensada como deslizamento ou transferência de sentidos, constitui os processos de significação e os sujeitos. Conforme a autora (ibidem, p. 79), “o processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui”.

Compreendemos a metáfora, portanto, como constitutiva do funcionamento das línguas, e não como uma figura de linguagem eventualmente empregada. Uma palavra por outra, jogo político da linguagem, jogo que conforma o lugar da interpretação como lugar de deslocamentos, de transferências de sentidos, de equívocos.

Em um mesmo contexto, o do discurso jornalístico, o Museu da Língua Portuguesa é designado ora como “museu”, ora como “casa”. Sentidos deslizam nessa substituição. E esses sentidos que deslizam são constitutivos tanto do que é designado por “museu” quanto do que é designado por “casa”:

(1) Museu da Língua Portuguesa

(2) Casa da Língua Portuguesa

Conforme Schaer (1993), o conceito de museu se formou aos poucos entre a Renascença e o Século das Luzes, inicialmente como uma maneira de reencontrar a Antiguidade. A antiga prática da coleção foi transformada a partir da Renascença, com o surgimento dos gabinetes de curiosidades.

Como analisa o autor (ibidem), além das antiguidades e peças históricas, esses gabinetes colecionavam, ainda, curiosidades naturais ou

artificiais, fósseis, flores e frutos vindos de lugares distantes e peças etnográficas recolhidas pelos viajantes.

Alguns gabinetes se organizaram como um espaço de contemplação e meditação, outros como um espaço de estudo, nos diz Schaer (ibidem). Nesse ponto, produzindo um deslocamento em relação à perspectiva do autor, pensamos que é possível relacionar a história desses gabinetes com o processo de ocidentalização iniciado no século XVI. Os gabinetes podem ser compreendidos como espaços políticos de produção de sentidos tanto para o Velho quanto para o Novo Mundo, lugares de representação do “mesmo” e do “outro”.

A ciência contribuiu para a construção dos Impérios. Lembramos, a esse respeito, Orlandi (1990), para quem, no processo de colonização do Brasil, nos séculos XVI e XVII, mesma época em que os gabinetes de curiosidades se espalharam pela Europa, a articulação entre a ciência, a religião e as políticas sociais foi um modo de domesticar ou apagar a diferença (no caso, o índio).

A ciência tornou a diferença observável, compreensível, legível, o que possibilitou a sua administração ou pacificação pelo indigenismo e assimilação pela catequese, assinala a autora (ibidem). Por meio de arranjos conceituais, a ciência contribuiu para a transformação do diferente em diverso, da diferença em diversidade. É possível que esses gabinetes de curiosidades tenham sido um espaço de produção dessa ciência.

No final do século XVII, segundo Schaer (1993), os gabinetes de curiosidades começaram a ser criticados sobre sua utilidade social e passou-se a falar em museus públicos. A difusão do saber começou a ser compreendida como uma responsabilidade pública, fazendo surgirem museus públicos, criados não somente para assegurar a conservação das coleções, mas para torná-las acessíveis ao público.

Como analisa Waquet (1997), ao longo do século XVII, foi se desenhando um novo conceito de saber. Ele foi deixando de ser considerado como um depósito original a ser descoberto, como algo a ser exumado e ordenado por uma elite de iniciados. Conforme a autora (ibidem, p. 40), o saber começou a

ser concebido “como uma obra pública e progressiva, que se desenvolve indefinidamente graças aos esforços coletivos das gerações sucessivas”.

No início do século XVIII, segundo Schaer (1993), já havia a idéia de que a comunicação do conhecimento é a condição do progresso, o que levou à transformação dos gabinetes, que não deveriam mais servir apenas à curiosidade, mas, principalmente, ao aperfeiçoamento das artes e das ciências.

O Estado começou a transferir para si a propriedade das coleções familiares, passou a administrar as coleções, a reorganizá-las. No final do século XVIII, os museus públicos formados a partir das coleções reais se multiplicaram na Europa. Ganhou força a idéia de que é dever do Estado a conservação do patrimônio ou dos “bens nacionais”, conceito produzido pela Revolução Francesa, de acordo com Schaer (ibidem).

Correndo o risco da homogeneização e da simplificação excessiva, fizemos essa síntese da história do Museu na Europa apenas para destacar que há, na constituição dessa instituição, a passagem do privado, do familiar, para o público. Na Europa, as coleções e os gabinetes de curiosidades eram inicialmente privados, familiares. Historicamente foram transformados em instituições públicas, estreitamente relacionadas à história da constituição dos Estados nacionais. Os museus foram espaços políticos de construção das histórias nacionais nos séculos XVIII e XIX. Essa relação do privado com o público é constitutiva dos sentidos de Museu.

PARTE II
MUSEU E UNIDADE IMAGINÁRIA

1. LÍNGUA E UNIDADE NACIONAL

Logo à entrada do Museu da Língua Portuguesa, o visitante é interpelado pela ideologia da unidade nacional brasileira. No saguão do museu, o enunciado “a língua é o que nos une”, escrito sobre bancos, chama de pronto a atenção:



Figura 7 - Saguão do Museu da Língua Portuguesa

O mesmo enunciado está escrito em diferentes línguas sobre dois outros bancos:



Figura 8 - Saguão do Museu da Língua Portuguesa



Figura 9 - Saguão do Museu da Língua Portuguesa

Esse fato de linguagem nos remeteu, num primeiro “gesto de interpretação” (ORLANDI, 1996b), ao “discurso fundador” (ORLANDI, 1993b) segundo o qual o povo brasileiro teria surgido da união de três raças: a branca (portuguesa), a amarela (indígena) e a negra (africana).

Esse efeito de sentidos de que a unidade do Brasil é o resultado do amálgama tanto de línguas quanto de raças é produzido, também, em outros artefatos do museu, como na “Grande Galeria” ou na exposição temporária feita em homenagem a Gilberto Freyre (“Gilberto Freyre: intérprete do Brasil”, aberta à visitação de 27/11/2007 a 04/05/2008), da qual recortamos os seguintes enunciados atribuídos a esse autor:

(1) “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo (...) a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro.”

(2) “Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constitui mais harmoniosamente quanto às relações de raça.”

Pelo viés da teoria da mestiçagem, que vemos formulada nos recortes acima, “a nação define-se homogeneamente como um lugar de encontro de pares, nativos e cidadãos, espaço de convivência pacífica por natureza” (BOSI, 1981, p. 1). Nega-se, desse modo, o político; apagam-se as relações de forças.

No painel “História da Língua Portuguesa - Linha do Tempo”, sustentado nessa perspectiva discursiva que naturaliza as relações sociais e políticas, o museu formula que a língua do brasileiro é uma língua mestiça:

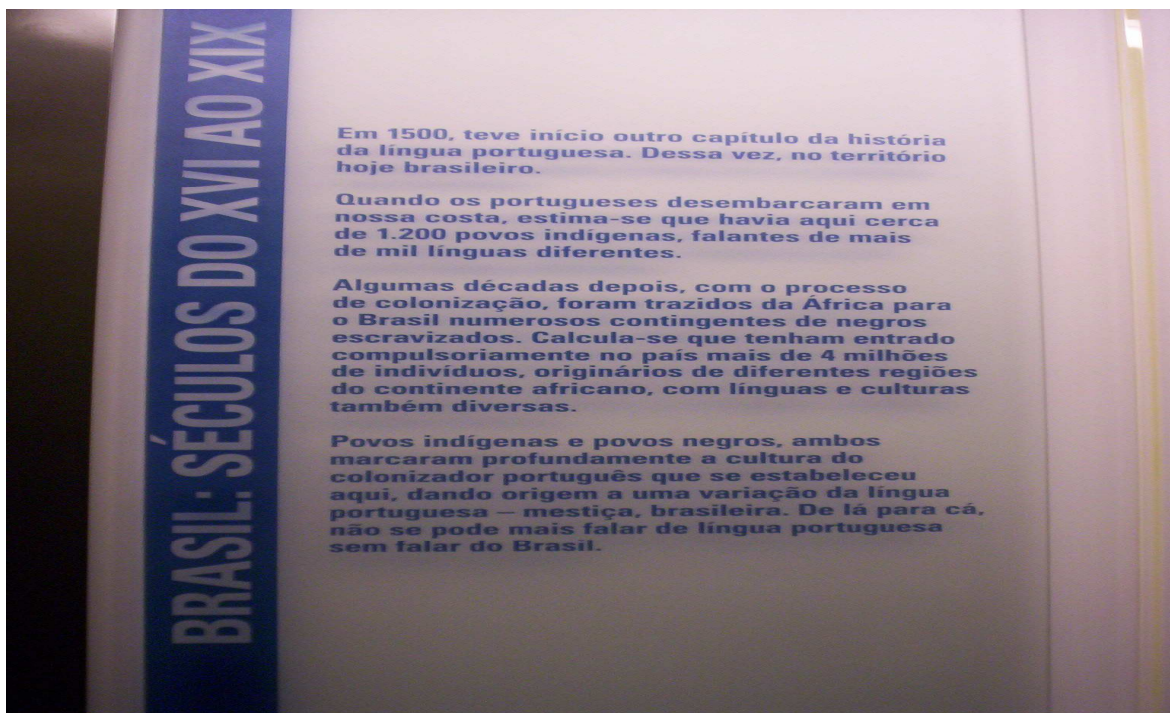


Figura 10 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa

Recortamos da Figura 10, para análise, o enunciado “dando origem a uma variação da Língua Portuguesa – mestiça, brasileira”. Nessa determinação da língua falada pelos brasileiros – “mestiça” – funciona o pré-construído segundo o qual haveria uma Língua Portuguesa original. Como analisa Orlandi (2005, p. 29), “é, pois, impressionante como a ideologia da língua pura, a verdadeira, faz manter o imaginário da Língua Portuguesa”.

A designação da língua falada pelos brasileiros como “variação da Língua Portuguesa”, no enunciado recortado da Figura 10, apaga que “desde o princípio da colonização, instala-se um acontecimento lingüístico de grande importância no Brasil: o que constitui a língua brasileira” (ibidem, p. 30).

Retornando ao enunciado “a língua é o que nos une”, é interessante observar os efeitos metafóricos (PÊCHEUX, [1969] 1997b) que constituem o seu sentido:

- (1) “A língua é o que nos une”.
- (2) A língua é o que nos separa.
- (3) A língua que nos une.

O enunciado (1) se filia a sentidos já estabilizados sobre a Língua Portuguesa, sentidos produzidos na relação dessa língua com a nação e o Estado brasileiro. Podemos dizer que, em (1), temos um enunciado que toma a perspectiva do imaginário da unidade lingüística do Brasil. A determinação do substantivo “língua” pelo artigo definido “a” e pelo singular ($\emptyset$) inscreve o enunciado na discursividade segundo a qual no Brasil se fala uma única língua – “a língua” portuguesa.

Trata-se de uma discursividade que apaga as outras línguas faladas no território brasileiro, bem como, as diferenças lingüísticas historicamente produzidas no processo de reterritorialização do Português no Brasil. Nessa discursividade, a imaginária unidade lingüística (“a língua”) está associada de modo constitutivo (“é o que”) à imaginária unidade da nação brasileira (“nos une”).

O fato de o enunciado (1) estar escrito em línguas diferentes, conforme Figuras 8 e 9, possibilita a paráfrase (2), que toma a perspectiva de que no Brasil são faladas muitas línguas. Temos, em (1) e em (2), portanto, diferentes efeitos de sentidos, distintas posições de sujeito, relativas a diferenciadas formações discursivas. Em (1), o efeito de pré-construído é que a sociedade brasileira é lingüisticamente homogênea. Já em (2), o efeito é, ao contrário, que a sociedade brasileira é lingüisticamente heterogênea e politicamente dividida. O que está afirmado em (1) apaga, pois, o que está afirmado em (2).

Pode-se, ainda, por parafraseamento, produzir um outro enunciado como (3). Ao elidirmos “é o”, no enunciado (1), temos, em (3), um enunciado que nos leva a outros efeitos de sentidos, agora nos remetendo ao fato de que é “esta” (a mostrada no Museu da Língua Portuguesa) a língua que nos une. Esses deslizamentos de sentidos entre (1), (2) e (3) são constitutivos dos sentidos tanto de (1) quanto de (2) e (3).

O efeito metafórico (ou deslizamento de sentidos) produzido pela substituição contextual nos permite compreender a historicidade do Museu da Língua Portuguesa, ou seja, os modos de sua inscrição na história da Língua Portuguesa e da produção brasileira de conhecimento lingüístico.

2. HISTÓRIA DA LÍNGUA E POLÍTICA

Uma das atrações do Museu da Língua Portuguesa é o painel “História da Língua Portuguesa - Linha do Tempo”:

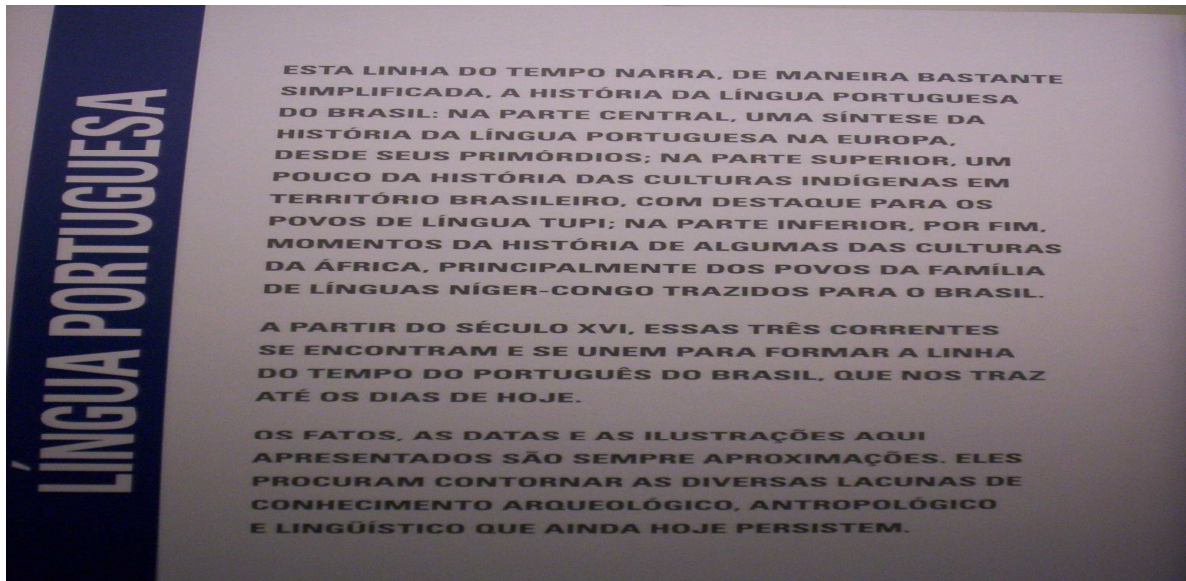


Figura 11 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa



Figura 12 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa



Figura 13 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa

A concepção de história que está em funcionamento nesse painel é a de história como contexto, como pano de fundo. História cujo tempo é cronológico - “linha do tempo”.

Como afirma Henry ([1984] 1997, p. 29), “falar de história ou fazer referência a isso alimenta muitos equívocos”. Ele assinala que há, nas ciências humanas e sociais, uma tendência a reduzir a história ao “resultado da combinação e da articulação de processos e mecanismos de natureza econômica, sociológica, psicosociológica ou psicológica” (ibidem, p. 30). Circunscrita ao lugar da complementaridade, a história representa, nessa tendência dominante, apenas o contexto no qual operam esses processos e mecanismos em si mesmos tomados como a-históricos.

Nega-se, desse modo, tanto uma dimensão própria à história, quanto a historicidade dos objetos de estudos das ciências humanas e sociais. Essa posição em relação à história decorre do modelo de cientificidade adotado por essas ciências.

O tipo de cientificidade almejado pelas ciências humanas e sociais que surgiram no final do século XIX e início do XX produz dificuldades, às vezes intransponíveis, para a abordagem das instabilidades produzidas, a todo tempo, pelos movimentos da história produzidos pelas contradições.

A saída insistentemente escolhida, no campo dessas ciências, tem sido negar a historicidade dos objetos de estudos, recorrendo-se a um tipo de historicismo que reduz a história a cenário.

Como diz Henry (ibidem, p. 31), pode ser que essa posição frente à história tenha sido a condição de possibilidade das ciências humanas e sociais enquanto ciências. Pode ser que essa posição tenha sido necessária para elas conquistarem seus territórios como ciências, para definirem seus objetos próprios enquanto objetos de ciência. No entanto, em consequência, essa posição se tornou o limite dessas ciências.

Analisando a obra de Wilhelm Wundt, um dos fundadores da psicologia experimental na Alemanha, Henry percebeu que, no século XIX, “pré-história” das ciências humanas e sociais, se desenvolveu outra posição em relação à história, diferente dessa que predominou no século XX. Contra o subjetivismo que caracteriza tanto o psicologismo quanto o historicismo dos neogramáticos, principalmente de Hermann Paul, Wundt defendeu, em seus trabalhos, que a linguagem e a história são constitutivas do humano.

Essas duas posições em relação à história (história como contexto e história como constitutiva) estão articuladas, no campo das ciências humanas e sociais, não só a questões sobre a história, mas também a questões fundamentais sobre a linguagem, o sujeito e a ciência, questões que, como afirma Henry (ibidem, p. 52), “desembocam muito rapidamente no terreno da ética e da política”.

As ciências humanas e sociais evitam, freqüentemente, essas questões, o que acaba fixando os limites dos conhecimentos que elas produzem. Como diz o autor, “as ciências humanas e sociais não chegaram a estabelecer de forma decisiva as posições que elas tomaram sobre essas diversas questões fundamentais” (ibidem, p. 49), deixando em aberto, com isso, a sua cientificidade.

Tudo isso convida a repensar a questão da história no campo das ciências humanas e sociais. Esse passo já foi dado pela Análise de Discurso, que toma a história não como cronologia, ou como contexto, ou como origem, mas como entrelaçamento de sentidos fazendo sentidos. Como diz Henry (ibidem, p. 51-52), “não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e conseqüências” e a história consiste justamente nesse fazer sentido.

A história é constitutiva, mas não no sentido de que ela é o fora de um dentro ou a exterioridade de uma interioridade. Ela é constitutiva no sentido de que os objetos simbólicos (enunciados, textos, filmes, seres, acontecimentos, etc.) significam pelo trabalho dos sentidos neles.

Do modo como o museu aborda a história da Língua Portuguesa, as condições de produção não são constitutivas, elas apenas influenciam as línguas. Não há mudança, apenas variação. Essa negação da história é que permite afirmar que o Português brasileiro é a mesma Língua Portuguesa que teria se originado do Indo-Europeu, apenas com algumas influências indígenas e africanas:

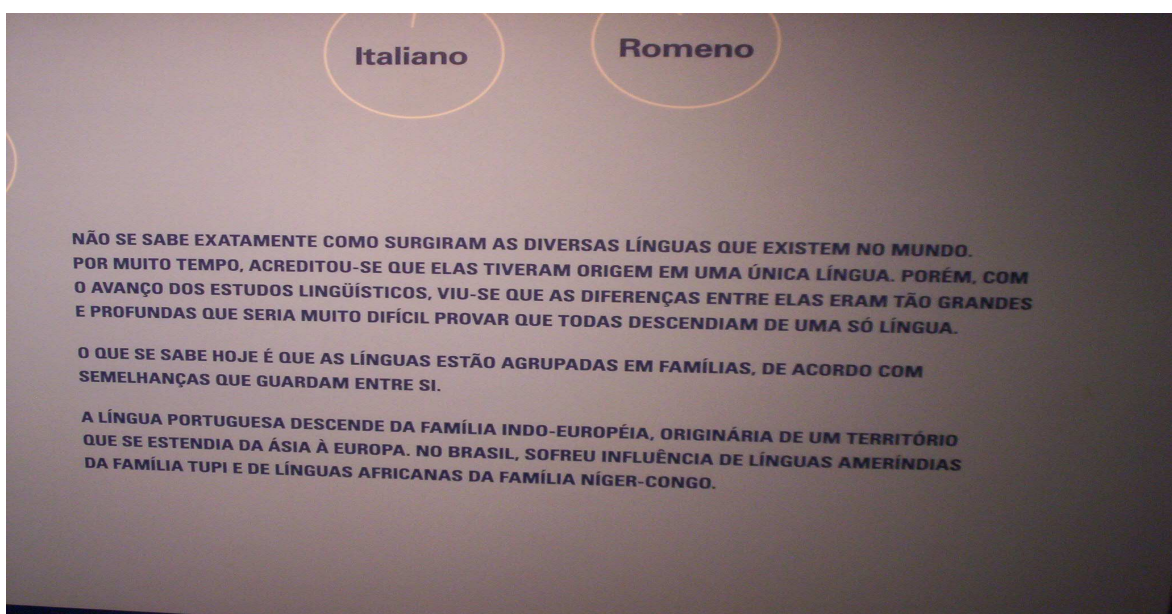


Figura 14 - As grandes famílias lingüísticas do mundo - Museu da Língua Portuguesa

3. LÍNGUA E IDENTIDADE

A identidade do sujeito “resulta de processos de identificação segundo os quais o sujeito deve se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido” (ORLANDI, 1995, p. 78). Ela é um “movimento na história (e na relação com o social)” (idem, 1996b, p. 122). Não se trata, portanto, de uma essência, mas de uma unidade imaginária produzida pelo próprio processo de interpelação-identificação do sujeito com as formações discursivas.

Como diz Pêcheux ([1975] 1997c, p. 128), “o imaginário da identificação mascara radicalmente qualquer descontinuidade”, produzindo, com isso, a ilusão de completude do sujeito, a evidência da identidade. Mascara para o sujeito a sua incompletude.

Há no museu da língua uma insistência sobre a identidade, como podemos depreender nos recortes discursivos que seguem:

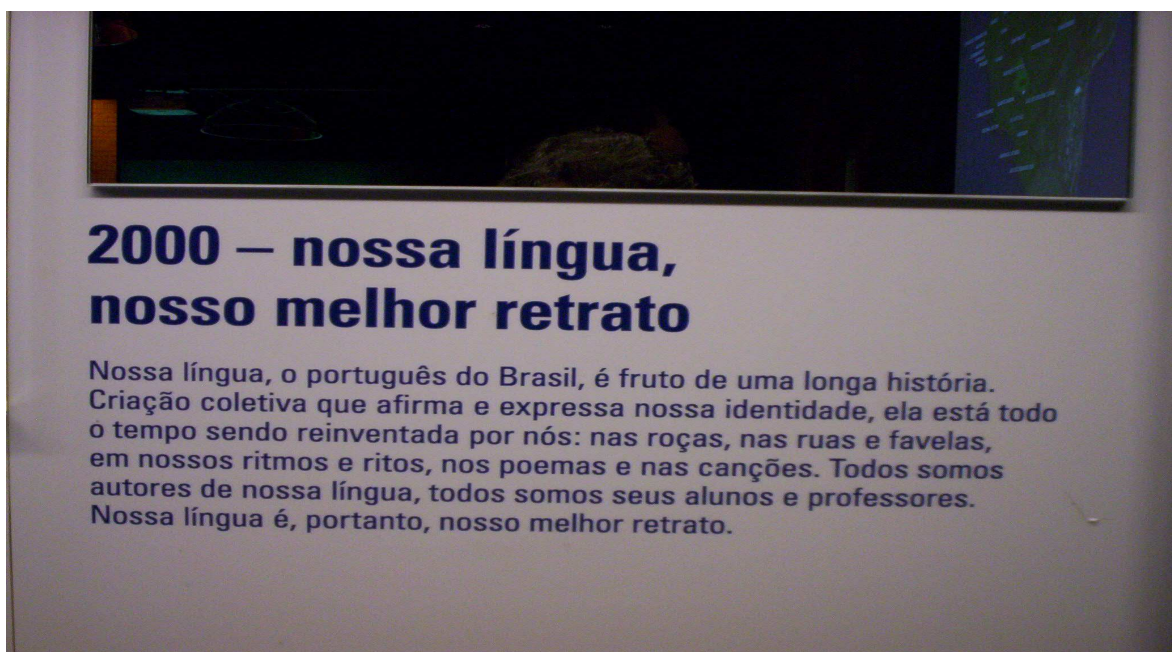


Figura 15 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa

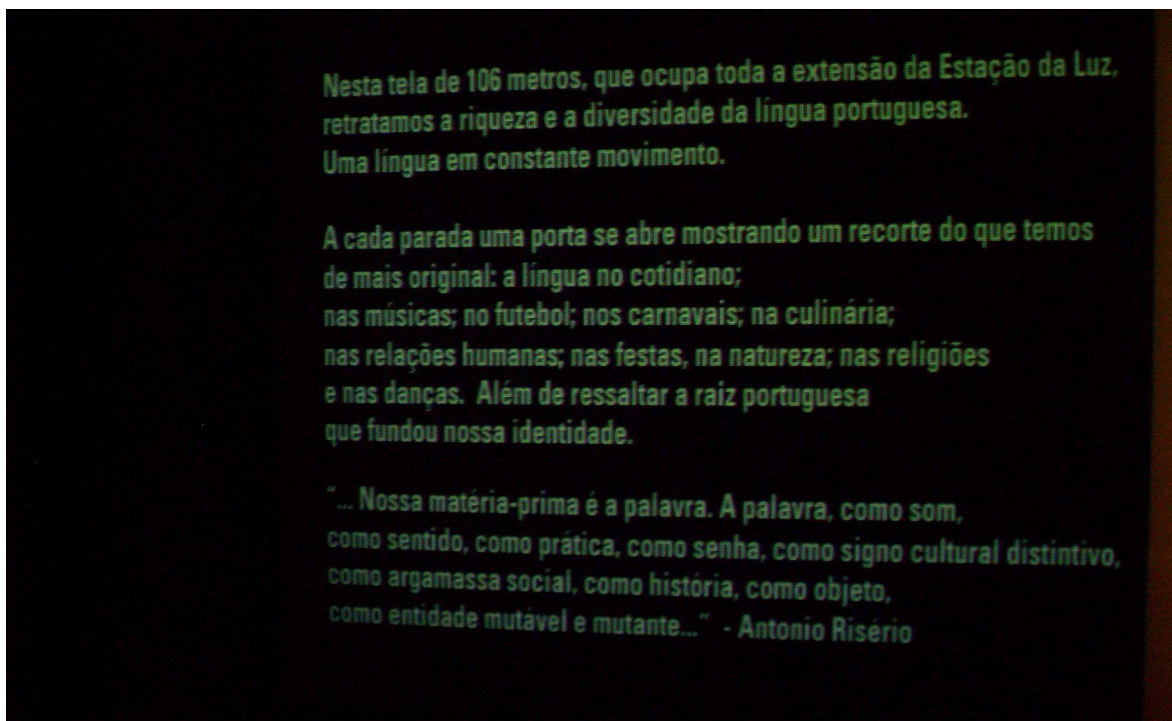


Figura 16 - Grande Galeria - Museu da Língua Portuguesa

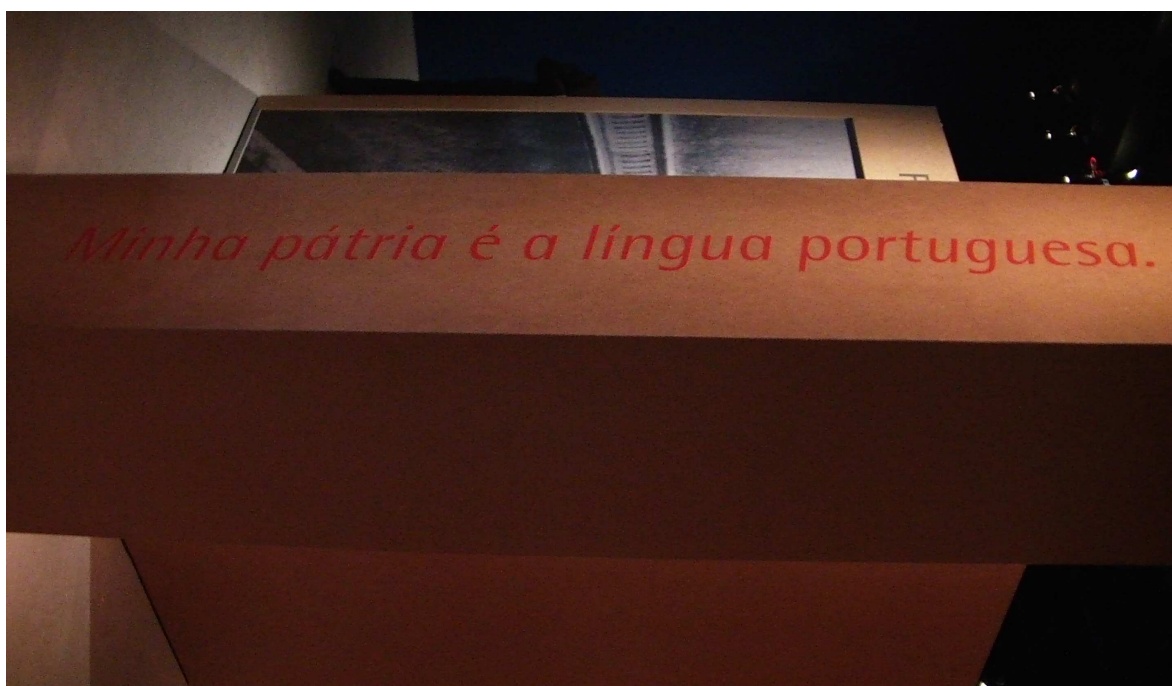


Figura 17 - Exposição Fernando Pessoa - Museu da Língua Portuguesa

Desses recortes, destacamos os seguintes enunciados:

- (1) “Criação coletiva que afirma e expressa nossa identidade”
- (2) “Nossa língua é, portanto, nosso melhor retrato”
- (3) “[...] um recorte do que temos de mais original: a língua [...]”
- (4) “Ressaltar a raiz portuguesa que fundou nossa identidade”
- (5) “Minha pátria é a Língua Portuguesa”

Pensamos que a mundialização interfere nos processos de subjetivação produzindo essa insistência sobre a questão da identidade formulada nos enunciados acima.

Hardt e Negri (2003) propõem um conjunto de teses sobre o mundo contemporâneo, que se configura pelas mudanças nos modos de produção capitalistas.

Eles partem da premissa de que houve uma ruptura do mundo contemporâneo com a soberania moderna, a soberania do Estado-nação, que, ao mesmo tempo em que buscou criar e reproduzir a pureza do povo dentro de seus domínios, foi uma máquina de produzir “outros”, criando diferenças raciais, erguendo fronteiras.

As lutas anticolonialistas e antiimperialistas e a conseqüente libertação das colônias e sua subordinação à ordem econômica internacional teriam marcado o fim da modernidade, defendem os autores. Esses são acontecimentos que sinalizariam a passagem do paradigma de soberania moderna para o paradigma de soberania imperial.

Coincide com esse período, assinalam Hardt e Negri (ibidem), a produção dos discursos pós-modernistas que atacaram a forma dialética da soberania moderna, discursos que buscaram desconstruir as fronteiras que mantinham sistemas de dominação tais como o racismo e o sexismo.

O paradigma imperial que então se estabeleceu foi engendrado, defendem os autores, pelo próprio capital, que se viu impedido ou com

dificuldades de expansão num mundo que se configurava, na modernidade, como um espaço estriado, um mundo recortado pelos Estados-nação com fronteiras que não impediam totalmente, mas dificultavam o fluxo de bens, de capitais, de pessoas, etc.

O capital precisava de um espaço liso, analisam Hardt e Negri (ibidem), no qual pudesse atuar sobre as fronteiras, no qual o fluxo de informações, capitais, etc. pudesse ser contínuo. As diferenças produzidas pela soberania moderna se tornaram contra-produtivas para o capital, por isso se tornou imperativo combatê-las sob alguns aspectos.

Como afirmam os autores (ibidem), o capitalismo em rede produz uma progressiva indeterminação entre interior e exterior, o que intervém nos processos de subjetivação.

Na sociedade moderna, a produção de subjetividade se fundamentava no funcionamento das grandes instituições sociais, tais como a família, a prisão, a fábrica e a escola. As várias instituições formavam, na sociedade moderna, um “arquipélago de fábricas de subjetividade”. Cada instituição tinha suas próprias regras e lógicas de subjetivação. Havia, em cada instituição, uma prática material delimitada para o sujeito. Cada instituição tinha seu lugar de efetividade claramente delimitado na sociedade. Tudo isso refletia “na forma regular e fixa das subjetividades produzidas” (ibidem, p. 216).

Na sociedade imperial, as grandes instituições modernas estão em crise, no sentido de que “os cercados que costumavam definir o espaço limitado das instituições foram derrubados, de modo que a lógica que funcionava principalmente dentro das paredes institucionais agora se espalha por todo o terreno social” (ibidem, p. 216).

Em outros termos, “interior e exterior estão se tornando impossíveis de distinguir” (ibidem, p. 216). Desse modo, se está sempre ainda na família, sempre ainda na escola, etc. Isso torna o funcionamento das instituições ao mesmo tempo mais intenso e mais extensivo e, conseqüentemente, mais eficaz e eficiente nos circuitos de controle.

O que mais nos interessa, aqui, de toda essa teorização de Hardt e Negri sobre o mundo contemporâneo, é que, como formulam esses autores (ibidem, p. 217), “a indefinição do lugar da produção corresponde à indeterminação da forma das subjetividades produzidas”. Pensamos que essa indeterminação nos processos de subjetivação produz o retorno à questão da identidade.

No Museu da Língua Portuguesa, esse retorno à questão da identidade nacional se dá na perspectiva do biologismo, como se pode notar nos recortes abaixo, onde:

a) a língua é significada como “organismo vivo”:



Figura 18 - Árvore de Palavras - Museu da Língua Portuguesa

b) a língua é associada ao DNA:

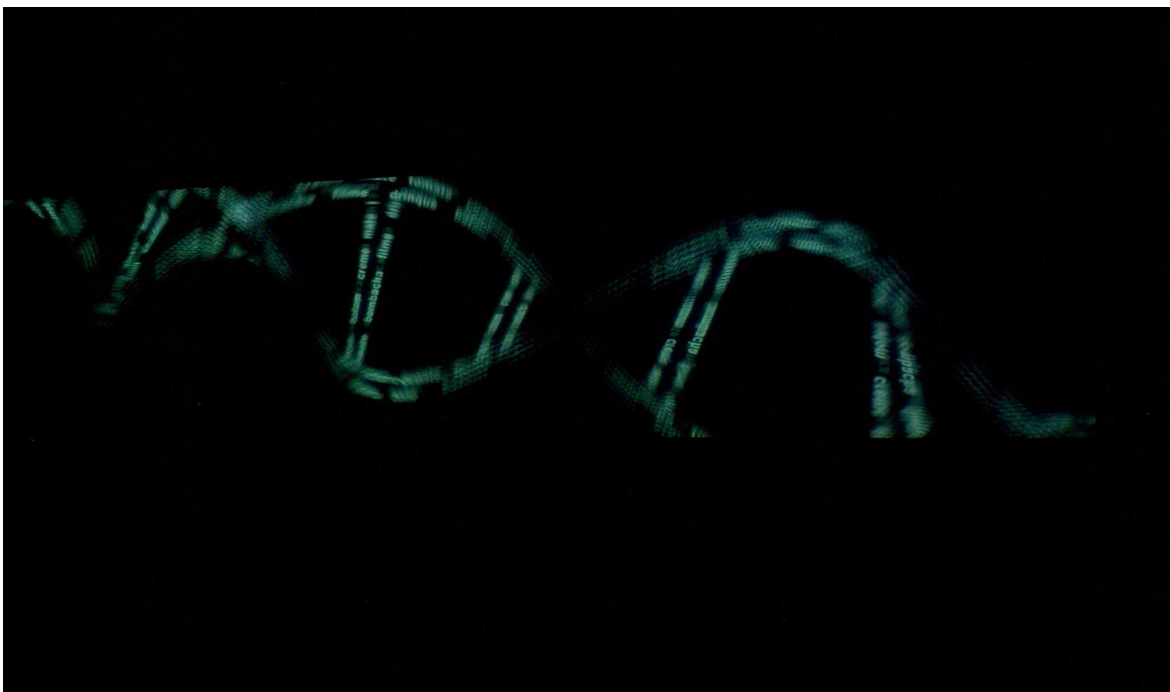


Figura 19 - Filme Idiomaterno - Museu da Língua Portuguesa

c) a língua é associada às impressões digitais:



Figura 20 - Placa indicativa do acesso ao museu - Museu da Língua Portuguesa

d) a língua é associada ao sangue (a língua está no sangue):



Figura 21 - Grande Galeria - Museu da Língua Portuguesa

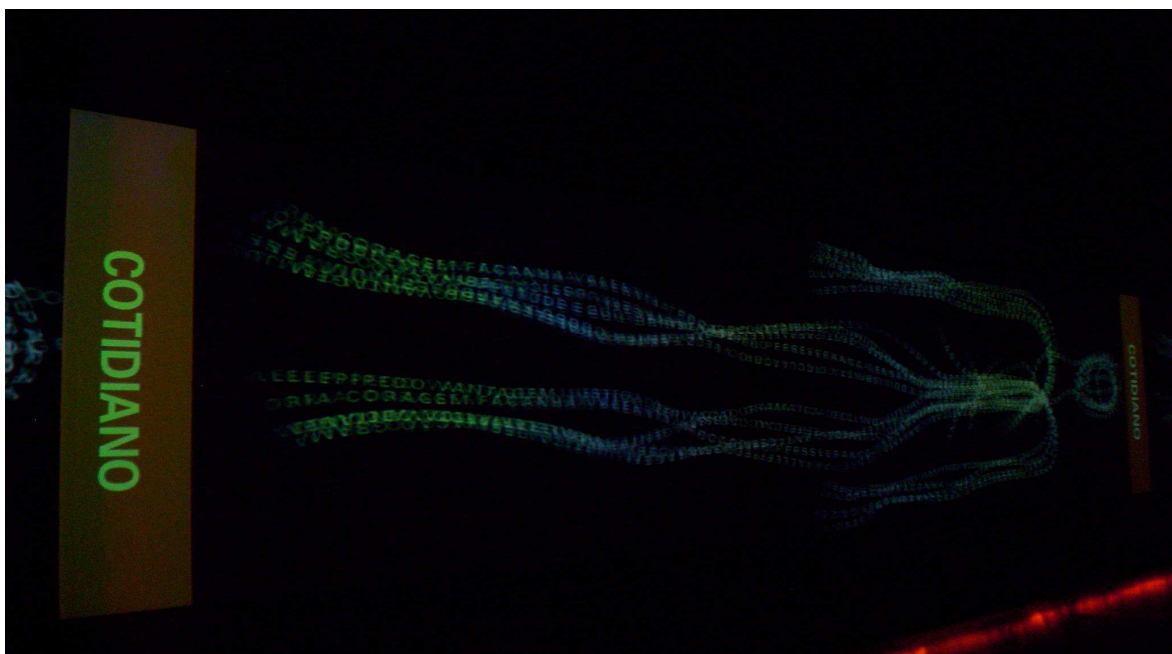


Figura 22 - Grande Galeria - Museu da Língua Portuguesa

PARTE III
AS CONTRADIÇÕES DO ESPETÁCULO

1. EQUIVOCIDADE DA DESIGNAÇÃO “LÍNGUA PORTUGUESA”

Um equívoco constitui o modo como o Museu da Língua Portuguesa designa a língua nacional do Brasil. Ao mesmo tempo, a designação de nossa língua nacional nos filia, por efeitos de sentidos, à memória da colonização e à memória da descolonização.

Convém destacar que o equívoco, tal como o compreendemos, não refere um defeito ou uma falha no ordenamento lógico do pensamento. O equívoco é constitutivo da linguagem. Ele é fato de discurso, ou seja, é um efeito da inscrição da língua, que é capaz de falha, na história (ORLANDI, 2002, p. 68).

O equívoco é um efeito do trabalho da memória discursiva na língua. Ele resulta do fato de que a língua é capaz de falha, porque a memória discursiva (o interdiscurso) que a faz funcionar se configura como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização [...] um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 56).

No acontecimento discursivo, um jogo de forças trabalha a memória. Como assinala Pêcheux (ibidem, p. 53), de um lado estão as forças que tentam manter a regularização pré-existente, do outro, as forças de desregulação. Dessa forma, “uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório” (ibidem, p. 56).

Para a compreensão dos efeitos de sentidos do enunciado “Museu da Língua Portuguesa”, expomos esse enunciado ao jogo entre o dito e o não-dito constitutivo de seu processo de enunciação. Em outros termos, como procedimento analítico, buscamos expor o enunciado em questão ao silêncio que o constitui.



Figura 23 – Placa indicativa do acesso ao museu - Museu da Língua Portuguesa

Como formula Orlandi (1995), há o silêncio fundador, princípio de toda significação, e há o silêncio constitutivo: “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada” (ibidem, p. 73). Assim, temos:

- (1) Museu da Língua Portuguesa
- (2) Museu das Línguas Portuguesas
- (3) Museu da Língua Brasileira

onde os sentidos de (1) e (2) silenciam necessariamente os sentidos de (3). Esse último enunciado é o que é preciso não dizer para poder dizer (1) e (2). Há, portanto, inscrita na designação “Museu da Língua Portuguesa” uma política do silêncio, que procuramos compreender.

Nos processos de significação de (1), (2) e (3), há deslizos, deslocamentos e transferências de sentidos. Cada um desses enunciados

significa numa relação de sentidos com os demais que não são ditos. Como já dissemos anteriormente, Pêcheux ([1969] 1997b) chamou de “efeito metafórico” esse jogo dos sentidos característico do funcionamento das línguas.

Chega-se, por essa noção, à materialidade da língua, que consiste no fato de que “toda língua está necessariamente em relação com o ‘não-está’, o ‘não está mais’, o ‘ainda não está’ e o ‘nunca estará’” (PÊCHEUX, [1982] 1990, p. 8). O efeito metafórico é, assim, o lugar da relação da língua com a história constituindo sentidos e sujeitos (ORLANDI, 1999b).

Por essa via teórico-metodológica, observando os deslizos de sentidos produzidos pela substituição contextual dos determinantes (portuguesa - portuguesas - brasileira), depreendem-se os seguintes efeitos de sentidos: em (1), que há uma única e mesma Língua Portuguesa, idêntica a si mesma quer seja falada na América, na Europa, na África ou na Ásia; em (2), que há variações da Língua Portuguesa (mantém-se, contudo, a unidade imaginária da língua pelo modo como ela é designada); em (3), que a língua praticada no Brasil não é portuguesa, é brasileira.

Como se pode observar, os enunciados (1), (2) e (3) estão materialmente ligados, mas representam diferentes posições discursivas produzidas na história do conhecimento lingüístico que nos constitui como brasileiros.

As posições discursivas relativas a (1) e (2) afirmam a unidade imaginária da lusofonia. Com isso, apagam o “processo de descolonização lingüística” (ORLANDI, 2007) afirmado por (3), processo que teve início no começo da colonização e que passou a ser interpretado como fato de linguagem a partir da segunda metade do século XIX, quando começou, de forma mais regular, a gramatização brasileira da Língua Portuguesa.

Não se trata, aqui, de assumir a posição sustentada pelos estudos pós-coloniais. Diferentemente desses, entendemos que a descolonização não diz respeito apenas à situação das ex-colônias após o colonialismo. Em outros

termos, colonização e descolonização não designam um antes e um depois da independência.

A colonização lingüística não foi um ritual sem falhas. Como dissemos anteriormente, posta em funcionamento sob diferentes condições de produção, a Língua Portuguesa trazida pelo colonizador se reterritorializou instaurando novos modos de significar. Produziu-se, à época da colonização, uma clivagem na história da Língua Portuguesa (ORLANDI, 1993a).

Pela análise feita até aqui, nota-se que as posições discursivas dos enunciados (1), (2) e (3) estabelecem diferentes relações de sentido com a história da colonização. Em (1) e (2) a história da colonização ressoa³ produzindo um equívoco e contraditório efeito de unidade da Língua Portuguesa.

Pode-se afirmar que a designação de nossa língua nacional como Língua Portuguesa, tal como ocorre nos enunciados (1) e (2), está sujeita a equívocos, a contradições. Há um jogo na referencialidade desse nome: ele refere tanto a unidade lingüística do Brasil quanto a unidade da língua da colonização. Ele refere a unidade imaginária da língua e do Estado brasileiro e, ao mesmo tempo, a unidade imaginária da lusofonia, que apaga as descontinuidades na história da Língua Portuguesa, descontinuidades que produziram diferentes “sítios de interpretação” (ORLANDI, 1990).

Nossa língua é heterogênea nesse sentido. Como assinala Orlandi (2002, p. 23), “joga em ‘nossa’ língua um fundo falso, em que o ‘mesmo’ abriga, no entanto, um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’: o português-brasileiro e o português-português se recobrem como se fossem a mesma língua, no entanto não são”. A designação da língua do Brasil como Língua Portuguesa (“Museu da Língua Portuguesa”) inscreve o museu nesse jogo.

³ Utilizamos, aqui, a noção de “ressonância” tal como a desenvolve Serrani (1997), que recusa a noção de paráfrase como mera reformulação. Assumindo uma concepção não-binarizante do fenômeno parafrástico, a autora afirma que “há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância – *interdiscursiva* – de significação [...] Ressonância porque para que haja paráfrase a significação é produzida por meio de um efeito de vibração semântica mútua” (ibidem, 47).

A questão sobre qual deve ser, afinal, o nome da língua nacional brasileira se colocou em diferentes momentos e de diferentes modos no processo de institucionalização da língua nacional do Brasil e na história de nosso conhecimento lingüístico. Trata-se de uma questão polêmica porque interroga qual é a língua do povo brasileiro, porque interroga, enfim, a própria brasilidade.

Como se sabe, a instituição da língua nacional brasileira remonta ao século XIX, quando as diferenças entre a Língua Portuguesa gramatizada por Portugal e a língua historicizada no Brasil começaram a ganhar visibilidade com mais sistematicidade. A formulação dessas diferenças em termos teórico-descritivos sustentou as polêmicas sobre a identidade da língua no Brasil.

Lembramos, aqui, Júlio Ribeiro (1881), o primeiro de nossos gramáticos a propor, em oposição à metafísica de Jerônimo Soares Barbosa, a concepção de gramática como exposição de fatos da linguagem. Para ele, a gramática não cria as leis e as regras da linguagem, ela as expõe. Essa proposta de Júlio Ribeiro ressoou no trabalho de vários outros gramáticos brasileiros que, atentos aos fatos de linguagem, deram visibilidade às diferenças de nossa língua.

Analisando a relação entre unidade e diversidade lingüística na Europa do leste, Sériot (1996, p. 300) afirma que lá há casos em que “a diferença entre o mesmo e o outro pode, assim, ser mais uma questão de *construção discursiva* do que de observação” (grifo do autor). No Brasil, ao contrário, a diferença entre o Português do Brasil e o de Portugal é um fato de linguagem, para o qual a teoria gramatical de Júlio Ribeiro (1881) apontou.

Nos debates do século XIX, duas posições discursivas se destacaram: a dos “separatistas”, que ressaltaram as diferenças lingüísticas entre o Brasil e Portugal, e a dos “legitimistas”, que apequenaram essas diferenças em defesa da vernaculidade. Analisando essa polêmica, Albuquerque e Cox (1997) assinalam que os debates convergiram para a questão da construção da nação brasileira. Segundo elas, “o binômio povo independente / língua independente está no centro das controvérsias” (ibidem, p. 56). Os “separatistas” argumentavam que “um povo

que fala uma língua emprestada tem a alma vampirizada, e não tem o direito, portanto, de se apresentar como um povo independente” (ibidem, p. 56-57).

Nas décadas de 1930 e 1940, de acordo com Dias (2001), se intensificaram as discussões em torno da designação da língua nacional do Brasil. Nessas discussões, duas posições discursivas antagônicas se constituíram: uma que defendeu a designação Língua Brasileira e outra que defendeu a designação Língua Portuguesa.

A primeira posição discursiva, a que defendeu a designação Língua Brasileira, viu nesse nome “a expressão da própria natureza do País” (ibidem, p. 195), ou seja, para essa posição, “a língua que falamos deveria ter o nome de língua brasileira, uma vez que ela se molda pela imagem da natureza que identifica o espaço geográfico brasileiro” (ibidem, p. 196). A referência para a Língua Brasileira era, pois, como analisa o autor, a “fala naturalizada” do brasileiro. Buscava-se com o nome Língua Brasileira, “a unidade de todos os brasileiros, capaz de sustentar uma identidade própria, estabelecendo a língua falada pelos portugueses como a ‘língua outra’” (ibidem, p. 196).

A segunda posição discursiva foi contrária aos projetos de mudança do nome da língua nacional do Brasil, porque entendeu que, com a mudança do nome, mudava-se a referência da língua. A designação Língua Portuguesa tinha como referência os discursos da elite letrada (orações, literatura etc). Já a designação Língua Brasileira, para essa posição discursiva, configuraria “uma identidade para a nação a partir de um domínio de língua relativamente a ‘povo ignaro’, ‘poviléu’, ‘cozinheira’, ‘caipira’ etc” (ibidem, p. 195). Dessa forma, o nome Língua Portuguesa deveria continuar, “porque se adequaria a toda uma tradição de escrita cultivada pelos grandes nomes da literatura brasileira” (ibidem, p. 195).

Concebendo a língua a partir da tradição escrita, a segunda posição discursiva viu na mudança de nome da língua um atentado a essa tradição. A mudança elevaria “ao status de língua nacional uma modalidade de língua falada por quem não tem o suporte da escrita, capaz de tornar a língua visível para os aparelhos institucionais” (ibidem, 196).

Nessas posições discursivas identificadas por Dias (2001), observa-se o trabalho de memórias discursivas que significam de formas distintas as relações entre língua e nação.

É preciso frisar que os modos como significamos e praticamos essas relações não se reduzem à mera aplicação de teorias sobre a nação, a unidade, a língua e a cultura produzidas na Europa, sob condições de produção diferentes das nossas. Teorias como a da nação política e a da nação étnica foram desenvolvidas da perspectiva de quem não tem uma história de colonização como nós temos, e isso muda o sentido da unidade e da discussão sobre a língua nacional. No Brasil, a questão da unidade colocou-nos, por um lado, em face da língua do colonizador, por outro, em face das línguas indígenas, africanas e de imigração, o que não ocorreu com aqueles que produziram tais teorias.

Não há, portanto, que falar de “influência” das teorias estrangeiras no modo como nos significamos como nação ou na maneira como constituímos o saber sobre nossa língua nacional. Sob condições de produção diferentes, ocorrem relações de sentidos, processos de re-significação. Há que se falar em filiações de sentidos, que não são nunca unívocas. E isso, justamente, produz contradições no nacionalismo brasileiro. As filiações de sentidos dão lugar aos deslizes, aos deslocamentos, às transferências de sentidos.

Significada em complexas relações de sentidos, a questão em torno do nome da língua foi juridicamente resolvida por meio do texto constitucional de 1946, o qual afirmou que a língua nacional brasileira é a “Língua Portuguesa”. A dominância, no Brasil, de uma concepção de língua como meio político de unificação nacional resultou no silenciamento das línguas indígenas, das línguas africanas e das línguas de imigração.

Outra consequência foi apontada por Dias (1996), para quem, nas polêmicas sobre o nome da língua, discutiu-se, na verdade, quem seria a referência para a categoria de cidadão da nação brasileira: o “povilêu” da “fala naturalizada” ou a elite letrada.

Pela forma como ficou resolvida a questão da língua no Brasil, “o brasileiro, enquanto sujeito que se utiliza da língua falada no país, só é percebido como cidadão tendo como referência o percurso da escrita” (ibidem, p. 82). Dessa forma, “aqueles que não dominam a escrita ficam alijados da categoria de cidadão” (ibidem, p. 82). Os excluídos “podem até pertencer à ‘coletividade’, mas o discurso predominante os apaga como membros históricos da nação” (ibidem, p. 74).

Cabe, aqui, uma pergunta: o que produz, em nossa história política e social, a necessidade desses sentidos para a nação, a língua e as relações entre língua e nação? Essa é uma questão complexa. Limitamo-nos a dizer, apenas, que ressoam sentidos da colonização nos modos como nos constituímos como nação, nas formas como (nos) significamos e em como produzimos conhecimento lingüístico. A relação de colonização produz, ainda hoje, sujeitos e sentidos. E ciência.

É interessante de se notar como isso ocorre no Museu da Língua Portuguesa, pelo modo como ele designa a língua do Estado brasileiro:

- (1) “Língua Portuguesa”
- (2) “Língua Portuguesa do Brasil”
- (3) “Português do Brasil”
- (4) “Português Brasileiro”

Como analisamos anteriormente, a propósito da designação do museu, a designação da língua nacional do Brasil como “Língua Portuguesa” nega a existência de uma Língua Brasileira. Como diz Sériot (1996, p. 297), “rejeitar o nome da língua do outro equivale a rejeitar a existência mesma desta língua”. Parafraseando o autor, diríamos que, como não existe língua sem falantes, rejeitar o nome Língua Brasileira corresponde a rejeitar a existência dos falantes dessa língua.

As designações “Língua Portuguesa” e “Português” produzem um efeito de unidade lingüística Brasil-Portugal. Há uma identificação com Portugal, pelo modo como a língua é adjetivada – “portuguesa”. A referência para a língua do Brasil é a língua da colonização, com sua tradição de escrita e memória.

É oportuno, nesse momento, fazer uma parada para dizer o que estamos entendendo por designação. Compreendemos a designação por uma perspectiva que a desloca da relação empirista palavra-coisa. No processo de designação não há uma relação direta entre palavras e coisas; há, sim, a produção discursiva dos referentes. Os referentes são, sob essa ótica, pontos de estabilização de processos discursivos. Desse modo, a referencialidade é, como propõe Henry (1975), um efeito de sentido.

Definindo assim o que compreendemos por designação, chamamos a atenção para o fato de que, à exceção da designação (1), todas as demais têm o nome “Língua Portuguesa” ou “Português” saturado por um determinante, um adjetivo ou uma locução adjetiva: “brasileiro” ou “do Brasil”.

Do mesmo modo, a designação da língua de Portugal em funcionamento nos recortes discursivos analisados é saturada por determinantes que produzem um efeito de distribuição espacial da língua (“na Europa”, “de Portugal”, “Europeu”):

- (5) “história da Língua Portuguesa na Europa”
- (6) “algumas diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal”
- (7) “Português Europeu”

As saturações ou determinações observadas no recorte discursivo (“do Brasil”/“de Portugal”, “brasileiro”/“europeu”, “na Europa”/na América) circunscrevem espacialmente a Língua Portuguesa, produzindo um efeito de unidade da língua nacional do Brasil.

A operação de saturação ou determinação discursiva atualiza a referência de um nome tornando possível que ele seja dito numa dada formação

discursiva. Essa operação conforma a referência de um nome a uma dada situação discursiva. No caso, conforma a referência do nome “Língua Portuguesa”, língua da colonização, à situação discursiva de constituição da nação brasileira. Essa atualização da referência do nome faz do processo de designação um lugar de equívocos, um espaço de contradições – a língua é uma (portuguesa) e é outra (do Brasil, de Portugal).

Orlandi (1997) analisa o jogo enunciativo “Língua Portuguesa *do* Brasil” / “Língua Portuguesa *no* Brasil”. Para a autora, esse jogo enunciativo representa um importante acontecimento discursivo na história do Brasil. Até o começo do século XIX, a produção de conhecimento sobre a língua transferida para o Brasil esteve subordinada a Portugal. Na segunda metade do século XIX, o gramático brasileiro teve seu saber sobre essa língua legitimado. Ele tornou-se a autoridade em questões de língua. A partir desse deslocamento da autoria de Portugal para o Brasil é que fez sentido dizer “Língua Portuguesa *do* Brasil”, pois esse acontecimento colocou em disputa a pertinência da Língua Portuguesa ao Brasil.

No século XX, a unidade do Estado brasileiro e de sua língua já estava materializada em várias instâncias institucionais (escolas, gramáticas, dicionários etc.). As garantias da pertinência da língua ao Brasil passaram a ser dadas pela existência do Estado. Nesse contexto, como diz Orlandi (ibidem, p. 4), “a especificação é só a localização de uma história particular: ‘Língua Portuguesa no Brasil’”.

No Museu da Língua Portuguesa, como se viu, não aparece a determinação pelo sintagma “*no* Brasil”, há apenas a ocorrência dos determinantes “*do* Brasil” e “Brasileiro”. Como compreender essa afirmação da pertinência da Língua Portuguesa ao Brasil neste momento de nossa história, quando o Estado brasileiro e sua língua já estão estabelecidos, institucionalizados? Não se põe mais em questão se o Estado brasileiro tem uma língua que lhe é própria. Essa questão foi posta para nossos gramáticos no final do século XIX. E, por seu trabalho, eles deram visibilidade à língua *do* Brasil,

afirmando as diferenças produzidas no longo processo de descolonização lingüística iniciado lá no “descobrimento”.

Como já não é mais necessário afirmar a pertinência da Língua Portuguesa ao Brasil, pode-se depreender que o sintagma “*do Brasil*”, na designação “Língua Portuguesa *do Brasil*”, não significa hoje o que significou para nossos gramáticos no final do século XIX. Ele perdeu o sentido de luta pela língua. Não se trata, no museu, de afirmar o que é específico, o que singulariza e pode ser significado como mudança lingüística. A especificação é, nos parece, somente “a localização de uma história particular”, como assinalou Orlandi (1997, p. 4) a propósito do determinante “*no Brasil*” (“Língua Portuguesa no Brasil”).

Na discursividade do museu, trata-se de uma história particular de variações produzidas, de um lado, pelo contato da língua do colonizador português com as línguas indígenas, africanas e de imigração e, de outro, pelo surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação e pelo crescimento da urbanização e da escolarização. Na história da língua contada pelo museu, essas novas condições de produção teriam ocasionado apenas variações na Língua Portuguesa transferida para o Brasil. Falamos a mesma língua do colonizador, com variações, diz essa história. Apaga-se, desse modo, o processo de descolonização lingüística, lembrando que, discursivamente, o que é apagado continua produzindo efeitos.

Nisso, enxergamos filiações de sentidos entre o Museu da Língua Portuguesa e o discurso sobre a língua que se tornou dominante na história de nosso conhecimento lingüístico no século XX:

Quando, porém, uma língua é transplantada (como é o caso do português do Brasil) e passa a ser a língua oficial de um país independente, dá-se a situação de *duas* línguas distintas pelo critério funcional, mas de *uma só* língua pelo critério estrutural. Claro que, se não tiver havido sensíveis alterações, a língua continuará estritamente a mesma (é ainda o nosso caso em

relação a Portugal). Nessa hipótese, o nome da língua não deverá mudar: portanto, a Língua Portuguesa é a língua oficial do Estado Brasileiro.” – grifos do autor (ELIA, 1979, p. 163)

Para essa posição discursiva, da qual Elia é aqui apenas um representante, só faz sentido enunciar “Língua Portuguesa *do* Brasil” se com isso se quer dizer “língua oficial do Estado brasileiro”. Apagam-se as diferenças de nossa língua, diferenças que os gramáticos da segunda metade do século XIX tanto se empenharam para legitimar.

A prática discursiva à qual o lingüista se filia, no recorte acima, produz um esquema conceitual que permite enunciar sobre as diferenças lingüísticas mantendo, contudo, o imaginário de unidade da Língua Portuguesa. Faz isso por meio da distinção entre o “critério funcional” e o “critério estrutural”.

O fato de a língua ser falada no Brasil ou em Portugal teria produzido apenas diferenças funcionais que não afetariam a estrutura da língua, que permaneceria a mesma aqui e lá. Segundo esse discurso sobre a língua, não há mudança, apenas variação lingüística. E isso funciona como argumento para a manutenção do nome da língua – “Língua Portuguesa”.

Terminamos essa seção trazendo Sériot (2001), que analisa a construção de fronteiras identitárias na Europa do Leste. Para o autor, uma nação não é um objeto natural, é, pelo contrário, uma categoria conceptual que existe, antes de tudo, no nome. O nome é, assim, “um objeto simbólico que dá existência a um grupo, cria uma descontinuidade numa continuidade” (ibidem, p. 16).

Nas práticas discursivas sobre a língua tomadas como observatório para compreender a constituição das nações da Europa do Leste, o autor nota que “discutir o nome de uma língua é o mesmo que discutir o nome de uma nação” (ibidem, p. 16). O nome funciona, segundo ele, agrupando ou separando, “é o nome que faz a fronteira” (ibidem, p. 16).

Em outro texto, Sériot (1996, p. 297) analisa que, diferentemente do que ocorre com o nome das árvores, por exemplo, “o nome da língua é um objeto

de luta, um objeto simbólico extraordinário, capaz de fabricar uma ontologia”. Mais adiante, nesse mesmo texto, o autor assinala que, na Europa do Leste, “o nome das línguas introduz uma descontinuidade e uma homogeneidade em uma realidade fundamentalmente heterogênea e contínua” (ibidem, p. 297).

No Brasil, os modos como a língua é designada no Museu da Língua Portuguesa introduzem, ao contrário, uma continuidade numa descontinuidade, uma homogeneidade numa realidade fundamentalmente heterogênea.

2. LÍNGUA, LITERATURA E NAÇÃO

O Museu da Língua Portuguesa articula língua e literatura em um processo discursivo que, de um lado, produz uma relação de identidade entre o Brasil e Portugal, e, de outro, apaga as nações da África e da Ásia que possuem o Português como língua oficial.

Nesse processo discursivo, a literatura funciona como *exemplum*, termo empregado pela retórica medieval latina para designar uma narrativa curta, de caráter moralista, empregada como paradigma para um dado assunto. No campo dos estudos literários, o termo designou, inicialmente, as histórias ilustrativas nos sermões medievais.

A articulação entre a literatura e o conhecimento lingüístico, um aspecto do funcionamento discursivo do Museu da Língua Portuguesa, não é algo inusitado. Remonta à Antiguidade grega a associação da literatura com a escola e a *Ars Grammatica*. Conforme Curtius ([1947] 1996, p. 71), no século VI a.C. a literatura já era objeto de ensino escolar na Grécia.

A associação entre os estudos da língua latina e a literatura ganhou novos contornos no período helenístico: a gramática passou a compreender, também, o estudo dos poetas. Quintiliano (apud CURTIUS, ibidem, p. 78) distinguiu duas partes da gramática: o uso correto da língua e a explicação dos poetas.

Como analisa Curtius (ibidem, p. 72), essa aproximação entre a literatura e o estudo da língua latina se estendeu por toda a Idade Média, que adotou o sistema de educação baseado nas sete “artes” (gramática, retórica, dialética, aritmética, geometria, música e astronomia), formulado pelo sofista Hípias (século V a.C.).

Na Idade Média, encontramos essas “artes” reunidas em dois conjuntos: o *quadrivium* (aritmética, geometria, música, e astronomia) e o *trivium* (gramática, retórica e dialética). Dessas, a mais profundamente estudada foi a

gramática, que, conforme Curtius (ibidem, p. 78), se constituiu em fundamento das demais.

Curtius (ibidem, p. 78) assinala que, como tradução latina da palavra grega *grammatica* (do grego *gramma*, “letra”), empregou-se, nessa época, a palavra *litteratura*. Os sentidos de *litteratura* eram, contudo, diferentes dos de hoje. Um *litteratus* era alguém que conhecia a gramática e a poesia.

O estudante de latim encontrava nos compêndios de gramática os conhecimentos fundamentais sobre a literatura produzida nessa língua. Prisciano (apud CURTIUS, ibidem, p. 78), por exemplo, reproduziu em sua *Institutiones Grammaticae* uma grande quantidade de exemplos dos autores clássicos, transformando-se em fonte básica de conhecimentos literários.

O ensino da gramática latina reuniu, portanto, na Idade Média, a língua e a literatura, produzindo as bases sobre as quais foram construídas as tradições literárias européias. A seleção dos autores didáticos, aqueles utilizados no ensino da gramática, não era acidental, mas normativa, conforme Curtius (ibidem, p. 85)⁴. Esses autores foram elevados, pelo ensino da gramática e da retórica, à condição de autoridades científicas. Eles não eram considerados apenas como fontes de conhecimento, mas como “tesouro da ciência e filosofia da vida” (ibidem, p. 95).

A autoridade dos autores selecionados pela gramática e pela retórica foi abalada no século XII. Curtius (ibidem, p. 90) associa esse fato ao desenvolvimento da dialética e à revolta da juventude contra o ensino escolar tradicional. Mesmo questionado, o estudo dos autores modelares se manteve, contudo, até o século XIII.

Pensamos que, às causas apontadas por Curtius para a rejeição ao ensino sustentado no estudo de autores modelares, deve-se acrescentar a resistência à própria língua latina como língua de cultura, fato relacionado, entre outras coisas, ao desenvolvimento da burguesia e ao capitalismo mercantilista,

⁴ O caráter normativo da língua literária e da escola atravessou os séculos e pode ser depreendido em Lima Sobrinho ([1958] 2000, p. 129): “Privada da direção de uma língua literária, privada do freio e da orientação da escola, a linguagem popular precipita sua evolução, no sentido de uma diferenciação, que pode chegar muito perto da anarquia lingüística, como um caminho certo para Babel”.

que tiveram como um de seus efeitos a institucionalização das línguas vernaculares européias.

Com as mudanças político-sociais ocorridas a partir do final da Idade Média, outras línguas, além do latim, começaram a serem gramatizadas, em um processo que articulou língua, sujeito e Estado-nação. A tecnologia empregada na gramatização dessas línguas foi, com algumas adaptações, a mesma desenvolvida pela gramática latina medieval, que produziu uma relação de complementaridade entre o estudo da língua e a literatura.

Estamos nos referindo à gramatização massiva das línguas do mundo, que, conforme Aurox (1992) começou à época do Renascimento e se estendeu até o início do século XX, tendo como motores a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira e as políticas de língua dos Estados-nações.

Essa segunda causa apontada pelo autor, as políticas lingüísticas, teve dois interesses práticos: a organização e a regulação de uma língua literária e o desenvolvimento de uma política de expansão lingüística. Os instrumentos lingüísticos por meio dos quais a gramatização se realizou podem ser associados, por esses interesses práticos, ao desenvolvimento dos Estados nacionais.

Conforme Hobsbawm (1990, p. 49), o discurso político liberal que alcançou seu auge no século XIX estabeleceu três critérios para a classificação de um povo como nação. O primeiro é a associação histórica desse povo com um Estado já existente. O segundo, a existência de uma elite cultural bem assentada e com um vernáculo administrativo e literário escrito. O terceiro, a comprovada capacidade para a conquista.

Segundo essa ideologia liberal burguesa, a vernaculidade está necessariamente associada à existência de uma literatura escrita. Para que um povo seja reconhecido como nação, ele precisa ter uma tradição literária escrita supostamente contínua. Ele precisa ter uma língua na qual seja produzida literatura escrita. A literatura, ou, mais propriamente, a historiografia literária desenvolvida, sobretudo, no século XIX, se tornou, assim, em lugar privilegiado de articulação entre língua e nação.

Os estudos de Said (1995) ajudam a compreender essa articulação entre língua, literatura e nação. O autor aponta as relações entre a formação dos impérios ocidentais e a moderna literatura. Na disputa por terras e pelos povos dessas terras, o colonialismo, geralmente uma consequência do imperialismo, não se restringiu à luta armada, compreendeu, também, as representações. Como analisa o autor (ibidem, p. 44), “os processos imperialistas ocorreram além do plano das leis econômicas e das decisões políticas”, realizaram-se no terreno da cultura nacional. O autor partilha da opinião de que os fundamentos dos impérios foram a arte e a ciência.

Partindo dessa compreensão de que a cultura não é “asépticamente isolada de suas filiações mundanas” (ibidem, p. 14), o autor analisa alguns romances relacionando-os aos processos imperiais de que participaram. Said não acredita numa determinação mecânica dos escritores pela ideologia, pela classe ou pela história econômica, mas sim que os escritores “estão profundamente ligados à história de suas sociedades, moldando e moldados por essa história e suas experiências sociais em diferentes graus” (ibidem, p. 23). Para ele, “a cultura e suas formas estéticas derivam da experiência histórica” (ibidem, p. 23).

Em consonância com essa perspectiva teórica formulada por Said (1995), Thomaz (2002, p. 149) analisa que “literatura e império estão, em Portugal, intimamente ligados”. *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, foi “o mais eficaz épico de propaganda imperial” do Estado português (ibidem, p. 148). Essa obra, que chegou a ser leitura escolar obrigatória em todo o império português no início do século XX, foi transformada politicamente em “hino às virtudes da nação” (ibidem, p. 148) lusitana. Não estamos, aqui, tratando do valor propriamente literário ou estético desta obra, mas tão somente de sua utilização pela propaganda imperialista portuguesa.

Tanto Said (1995), quanto Thomaz (2002) trata da articulação entre literatura e nação da perspectiva da construção dos impérios. A análise dessa articulação da perspectiva da descolonização exige deslocamentos, requer a escuta discursiva dos pontos de deriva, dos deslizamentos e transferências de

sentidos, das metáforas que, nas relações de sentidos entre dominantes e dominados, foram, paulatinamente, minando a unidade imaginária e a universalidade da ideologia do colonizador, num processo histórico que culminou no surgimento de novas nações.

Orlandi (1990), analisando os relatos de missionários e de viajantes, compreendeu que o colonizador europeu empreendeu a domesticação da diferença no/do Novo Mundo pela articulação de três discursos: o da ciência, o da política social e o da religião. Por esses discursos e a sua articulação, os brasileiros foram falados pelos europeus nos séculos XVI, XVII e XVIII. Essa discursividade silenciou os brasileiros ou determinou o lugar de onde deveriam falar.

A autora mostra que esse processo de dominação não foi um ritual sem falhas. Entre o olhar do colonizador que silencia, que des-historiciza, e o olhar do colonizado “há um lugar particular em que esse modo de significar adquire especificidade: o do brasileiro que interfere nesse contar do outro e o transforma” (ibidem, p. 275).

Como afirma Pêcheux ([1975] 1997c, p. 304), “não há dominação sem resistência”. Ou, como formula Foucault ([1977] 2003, p. 232), “as relações de poder suscitam necessariamente, apelam a cada instante, abrem a possibilidade a uma resistência”. Dessa forma, não há dominação estável e uniforme, mas “luta perpétua e multiforme”, isto é, “a cada instante, se vai da rebelião à dominação, da dominação à rebelião” (ibidem, 232).

Dominação e resistência não se dissociam porque, como assinala Orlandi (2001, p. 28), os sujeitos são submetidos não só à memória e à regra, como também ao acaso e ao jogo. Tanto a dominação quanto a resistência são efeitos da relação tensa entre a polissemia e a paráfrase, relação constitutiva dos sentidos e dos sujeitos. Os sentidos estão sempre “em movimento de produzir rupturas, acontecimentos – não estão, no entanto, jamais soltos (desligados, livres), eles são administrados (geridos)” (ibidem, 28).

Esse movimento dos sentidos, ora tendendo à polissemia, ora à paráfrase, pode ser observado nos modos como o discurso do descobrimento analisado por Orlandi (1990) afeta as formas como contamos a nossa relação com a escrita em face da nação. Weber (1997) assinala que questões relativas à nação e à nacionalidade sempre estiveram, implícita ou explicitamente, presentes na historiografia literária do Brasil. Nessa repetição, nem sempre há, como analisa o autor, um retorno dos mesmos conceitos de nação, de nacionalismo, de literatura nacional e de literatura brasileira.

O autor busca compreender como os diferentes modos de analisar a história literária do Brasil “se articulam ou se articularam como **projetos constitutivos** da própria nação e nacionalidade literária, atuando mais como discursos fundantes do nacional do que propriamente como expressão reflexa da nação” (ibidem, p. 18 – grifos do autor).

Em outros termos, o autor procura compreender “o modo como as diferentes histórias **compõem, imaginam e instituem** a própria nação, ou ‘nações’, em íntima correlação com os interesses histórico-sociais que as sustentam” (ibidem, p. 18 – grifos do autor). Para Weber (ibidem, p. 18), as diferentes histórias da literatura brasileira, por meio da afirmação da nacionalidade literária, “recortam e confirmam, no extremo, a própria existência da ‘nação’”.

A historiografia literária e os instrumentos lingüísticos são lugares simbólicos de institucionalização das relações entre sujeito, língua, literatura e nação. Por meio da constituição do cânone literário, no caso da historiografia, e do *corpus* de exemplos extraídos da literatura, no caso dos instrumentos lingüísticos, produz-se o imaginário da literatura e da língua nacional brasileira.

Auroux (1992), numa definição bastante instrumental, identifica a gramática e o dicionário como instrumentos lingüísticos. Argumentamos que o Museu da Língua Portuguesa funciona, também, em algumas condições, como um instrumento lingüístico (por exemplo, quando professores utilizam o museu para ensinar a língua a seus alunos), na medida em que, assim como a gramática e o dicionário, ele intervém na relação entre a língua, o sujeito e o Estado.

Como tem demonstrado Orlandi em suas pesquisas (1993a, 2002, 2007, 2009a, entre outros), o fato de termos uma história de colonização e de descolonização, fez surgirem entre nós, além da gramática e do dicionário, outras formas de instrumentos lingüísticos. Pensamos que o Museu da Língua Portuguesa é uma dessas formas, mais conformada, inclusive, pelo “espírito do tempo”, caracterizado pela “ética do lazer” (MORIN, [1962] 2005).

Guardadas as diferenças nos planos da constituição, da formulação e da circulação dos sentidos, o Museu da Língua Portuguesa, assim como as gramáticas, os dicionários, os livros didáticos e os currículos e programas de ensino, entre outros, contribui para a organização e regulação da “língua literária” brasileira.

Foge ao alcance e aos propósitos desse trabalho a compreensão de como isso aconteceu e continua acontecendo nas gramáticas, nos dicionários, nos livros didáticos e nos currículos e programas de ensino de Língua Portuguesa. Esse é um tema para outras investigações.

Atendo-nos aos modos como o Museu da Língua Portuguesa organiza e regula a língua literária nacional brasileira, chamamos a atenção para o recorte discursivo que segue:

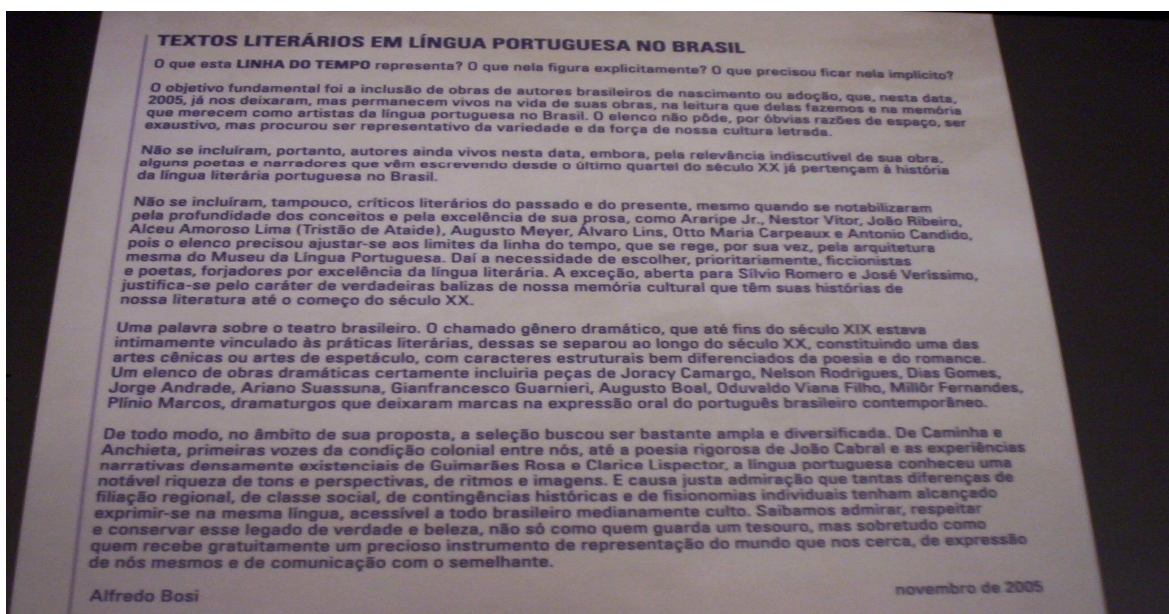


Figura 24: Linha do Tempo – Museu da Língua Portuguesa.

Pelo rol de autores que apresenta como “representativo da variedade e da força de nossa cultura letrada”, o Museu da Língua Portuguesa reproduz o efeito de sentido de continuidade entre a literatura portuguesa e a brasileira. Basta notar que o museu coloca a literatura colonial como parte da literatura brasileira. A história cronológica de nossa literatura começa no “descobrimento”, com a literatura colonial, conforme lemos no recorte acima, que destacamos abaixo:

De todo modo, no âmbito de sua proposta, a seleção buscou ser bastante ampla e diversificada. De Caminha e Anchieta, primeiras vozes da condição colonial entre nós, até a poesia rigorosa de João Cabral e as experiências narrativas densamente existenciais de Guimarães Rosa e Clarice Lispector, a Língua Portuguesa conheceu uma notável riqueza de tons e perspectivas, de ritmos e imagens. E causa justa admiração que tanta diferença de filiação regional, de classe social, de contingências históricas e de fisionomias individuais tenham alcançado expressar-se na mesma língua, acessível a todo brasileiro medianamente culto.

Na perspectiva discursiva subsumida pelo museu, do autor português Pero Vaz de Caminha aos brasileiros Guimarães Rosa e Clarice Lispector, todos escreveram “na mesma língua”. A representação da literatura está associada à representação da língua, produzindo um efeito de sentido de identidade entre a língua e a literatura do Brasil e a língua e a literatura de Portugal. O modo como o museu significa a relação entre a literatura brasileira e a portuguesa nos inscreve na história da língua e da escrita portuguesas, apagando o processo de historicização e, conseqüentemente, de descolonização da língua e da literatura brasileiras.

O efeito de identidade Brasil-Portugal produzido pelo museu pode ser depreendido, também, nos seguintes recortes discursivos, que destacamos da Figura 24:

- a. “Textos literários em Língua Portuguesa no Brasil”.
- b. “Artistas da Língua Portuguesa no Brasil”.
- c. “História da língua literária portuguesa no Brasil”.

Nesses enunciados, estão apagados outros modos de dizer, outros sentidos relativos a posições-sujeito que afirmam a existência de uma língua e de uma literatura brasileiras. A enunciação de (a) apaga a enunciação de “textos literários brasileiros”, (b) apaga “artistas brasileiros” e (c) apaga “história da língua literária brasileira”. Trata-se de duas posições discursivas e políticas distintas em face do discurso da colonização.

A historiografia literária brasileira produziu outras posições discursivas para a relação entre a literatura brasileira e a portuguesa, como nos mostra Weber (1997). Essa que percebemos funcionando no museu da língua, geralmente associada a um elogio da colonização, é uma delas.

Nesse mesmo recorte, no qual apontamos o apagamento da língua e da literatura brasileiras, funciona outra posição-sujeito, que se realiza nos enunciados “teatro brasileiro” e “expressão oral do português brasileiro”. A saturação dos nomes “teatro” e “português” pelo determinante “brasileiro” produz deslizamentos de sentidos em relação aos enunciados (a), (b) e (c). A descolonização funciona como pré-construído nesse processo de saturação. Diferentes e divergentes posições discursivas jogam, portanto, no Museu da Língua Portuguesa.

Por filiações de sentidos heterogêneas, o Museu da Língua Portuguesa tanto reproduz o discurso da lusofonia afirmando a identidade imaginária Brasil-Portugal (“Língua Portuguesa no Brasil”, “língua literária portuguesa no Brasil”), quanto desloca sentidos afirmando a unidade imaginária da língua e da literatura brasileiras (como, acima, em “teatro brasileiro” e “português brasileiro”).

No primeiro caso, o museu se inscreve no discurso da colonização que apaga a “disjunção obrigada” (ORLANDI, 1993a, 2002, 2007, 2009a, 2009b) que produziu, do lado de cá do Atlântico, uma língua diferente da língua do colonizador europeu. No segundo, o museu se inscreve no processo discursivo que, desde nossos gramáticos do final do século XIX, vem (nos) significando em nossas diferenças, dando visibilidade para a descolonização lingüística do Brasil.

Do recorte discursivo constante da Figura 24, chamamos, ainda, a atenção para a injunção formulada no final do último parágrafo, que reproduzimos:

E causa justa admiração que tantas diferenças de filiação regional, de classe social, de contingências históricas e de fisionomias individuais tenham alcançado exprimir-se na mesma língua, acessível a todo brasileiro medianamente culto. Saibamos admirar, respeitar e conservar esse legado de verdade e beleza, não só como quem guarda um tesouro, mas, sobretudo, como quem recebe gratuitamente um precioso instrumento de representação do mundo que nos cerca, de expressão de nós mesmos e de comunicação com o semelhante.”

Depreende-se, nesse recorte, um deslocamento de sentidos que, a nosso ver, é constitutivo da instituição museu. De “elenco” e “seleção”, as obras literárias arroladas passam a serem significadas como patrimônio (“saibamos admirar, respeitar e conservar”). Com esse deslocamento de sentidos, não se trata mais de uma lista de obras representativas da literatura, mas de um “tesouro”, um “legado de verdade e beleza” que deve ser admirado, respeitado, conservado, guardado.

Cremos ser bastante produtiva, nesse aspecto do funcionamento discursivo do museu, a distinção recobrada por Le Goff ([1977] 2003) entre documento e monumento. Esse é herança do passado, aquele representa escolhas feitas pelo historiador, funcionando como prova, testemunho, instrumento. O que transforma um documento em monumento é a sua utilização pelo poder, assinala Le Goff (ibidem, p. 535) retomando Paul Zumthor. Uma das características do monumento é sua associação com o poder de perpetuação das sociedades históricas.

Os efeitos de sentidos que depreendemos nessa análise do painel “História da Língua Portuguesa: linha do tempo da formação do Português do Brasil” se repetem, com algumas diferenças politicamente relevantes, na “Praça da Língua”, exposição localizada no terceiro piso do Museu da Língua Portuguesa.

Depois de assistir a um filme sobre a Língua Portuguesa, o visitante é convidado a passar para outra sala, chamada de “Praça da Língua”, onde textos literários são lidos, cantados e mostrados com o emprego de recursos multimídia. Quando termina a exibição dos textos, depois que as luzes se acendem, o visitante pode ler, no chão da sala, fragmentos dos textos exibidos. Na saída, pode, ainda, ler os textos, que se encontram transcritos na parede do corredor:



Figura 25: Praça da Língua – Museu da Língua Portuguesa.

Essa atração do museu é apresentada como segue:

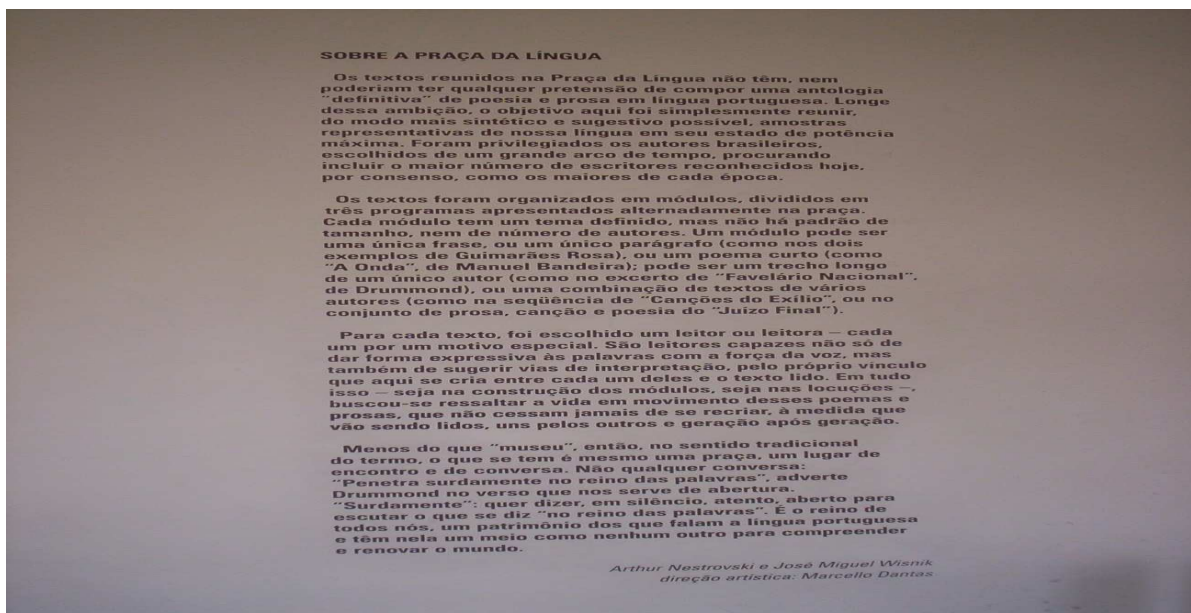


Figura 26: Praça da Língua – Museu da Língua Portuguesa.

Desse texto de apresentação, destacamos, para análise, o seguinte recorte discursivo:

Os textos reunidos na Praça da Língua não têm, nem poderiam ter qualquer pretensão de compor uma antologia “definitiva” de poesia e prosa em Língua Portuguesa. Longe dessa ambição, o objetivo aqui foi simplesmente reunir do modo mais sintético possível, amostras representativas de nossa língua em seu estado de potência máxima. Foram privilegiados os autores brasileiros, escolhidos de um grande arco de tempo, procurando incluir o maior número de escritores reconhecidos hoje, por consenso, como os maiores de cada época. (grifos nossos)

Como se lê nesse excerto, os textos literários exibidos na Praça da Língua são significados como “amostras representativas de nossa língua”. Qual é o sentido de “nossa língua” nesse enunciado? Quem está sendo significado pelo pronome possessivo “nossa”?

O primeiro sentido que vem é que “nossa” significa “dos brasileiros”. A expressão “nossa língua” significaria, então, “língua dos brasileiros”. Esse sentido

é, contudo, abandonado logo em seguida, quando se lê que aos autores brasileiros foi concedido privilégio e não exclusividade. Trata-se de uma amostra representativa da literatura “em Língua Portuguesa”. Como se verá mais adiante, “em Língua Portuguesa” significa “do Brasil e de Portugal”.

A expressão “nossa língua” é, como se nota, sujeita ao equívoco. Ela tanto particulariza quanto universaliza. Ela pode significar Língua Brasileira ou, então, língua comum ao Brasil e a Portugal, como é o caso.

O equívoco é um fato de discurso, resulta da inscrição da língua, que é capaz de falha, na história (ORLANDI, 2002, p. 68). Nesse caso, o equívoco ocorre porque na história de nosso conhecimento lingüístico, que é inseparável de nossa história política e social, a expressão “nossa língua” tem todos esses sentidos. E pode ocorrer de um sentido estar pelo outro.

Para compreendermos melhor o jogo de sentidos na expressão “nossa língua”, analisamos a “amostra representativa”. São estes os autores colocados como amostra que representa a “nossa língua”:

Autores brasileiros	Autores portugueses
João Guimarães Rosa Graciliano Ramos Haroldo de Campos Caju e Castanha Clarice Lispector Castro Alves Machado de Assis Gregório de Matos Vinicius de Moraes Carlos Drummond de Andrade Dorival Caymmi José de Alencar Manuel Bandeira João Cabral de Melo Neto Nelson Rodrigues Euclides da Cunha Luiz Gonzaga / Humberto Teixeira Monteiro Lobato Nelson Cavaquinho / Elcio Soares Mário de Andrade Augusto dos Anjos Lamartine Babo Oswald de Andrade Gonçalves Dias Juó Bananère José Paulo Paes Murilo Mendes	Padre Vieira Alberto Caeiro Álvaro de Campos Ricardo Reis Sophia de Mello Breyner Fernando Pessoa Luiz de Camões Martin Codax

Depreende-se, pelo que é posto como “amostra representativa”, que “nossa língua” significa língua comum dos brasileiros e portugueses. O pronome possessivo “nossa” não particulariza, universaliza (a língua é do Brasil e de Portugal).

Nesse efeito de sentidos que reproduz a identidade imaginária Brasil-Portugal, os autores africanos e asiáticos que escrevem “em Língua Portuguesa” são silenciados. Nas ex-colônias de Portugal na África e na Ásia, há muitos escritores “em Língua Portuguesa”. Lembramos, aqui, alguns. Em Moçambique tem, por exemplo, Mia Couto, José Craveirinha, Paulina Chiziane, Albino Magaia, Eusébio Sanjane e Eduardo White. Em Angola, Luandino Vieira, Pepetela (Artur Carlos Mauricio Pestana dos Santos) e Viriato da Cruz. Em Cabo Verde, Jorge Barbosa, Manuel Lopes, Oswaldo Alcântara e Germano Almeida. No Timor-Leste, Afonso Busa Metan e Luís Cardoso de Noronha. Em Guiné-Bissau, Abdulai Silla, Odete Semedo, Tony Tcheka, Pascoal D’Artagnan Aurigemma, Filinto de Barros e Carlos Lopes. Em São Tomé e Príncipe, Manuel Ferreira, Alda do Espírito Santo, Maria Manuela Margarido e Albertino Bragança. Todos eles são silenciados no Museu da Língua Portuguesa.

Esse silenciamento é produzido por meio de um funcionamento discursivo que simula a ausência do político na tentativa de neutralizá-lo: a afirmação da falta de pretensões. Como dizem os criadores da exposição, na Figura 26, “os textos reunidos na Praça da Língua não têm, nem poderiam ter qualquer pretensão de compor uma antologia ‘definitiva’ de poesia e prosa em Língua Portuguesa”. Em se tratando de linguagem, sabemos, contudo, que não existe o fora do político. Não existe discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia (PÊCHEUX, [1975] 1997c).

O efeito de sentido produzido com o silenciamento observado é que o Brasil divide com Portugal o lugar de referência para a Língua Portuguesa. Isso é algo que tem consequências políticas e simbólicas importantes, se considerarmos que o museu foi criado no contexto da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa, CPLP, oficialmente constituída em 1996, mas em funcionamento desde 1989.

Essa agremiação de países, da qual fazem parte o Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor Leste e São Tomé e Príncipe, considera como imperativas a “afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa”, como lemos em sua declaração constitutiva, e tem como objetivos, entre outros, a “promoção e difusão da Língua Portuguesa”, como consta no artigo terceiro de seu estatuto.

Como referência para a Língua Portuguesa, conforme a discursividade que depreendemos na análise do museu, o Brasil ocupa, na CPLP, juntamente com Portugal, o lugar da unidade face à diversidade africana e asiática. O lugar do colonizador.

Não são apenas os africanos e asiáticos, em suas complexas relações com a Língua Portuguesa, que são silenciados nessa exposição do museu. Muitos escritores e compositores brasileiros também o são. Os escritores e compositores que aparecem na “Praça da Língua” como “amostra representativa” são apenas alguns daqueles que já compõem o cânone nacional brasileiro.

Como se pode ler na Figura 26, os criadores da Praça da Língua se justificam dizendo que procuraram “incluir o maior número de escritores reconhecidos hoje, por consenso, como os maiores de cada época”. É interessante observarmos a naturalização do consenso nesse enunciado. O consenso está relacionado, no enunciado, à ação designada pelo verbo “reconhecer”, que está na forma nominal (“reconhecidos”). O processo de nominalização apaga o sujeito da ação designada pelo verbo. Se não tem sujeito, não tem litígio. Por esse mecanismo sintático, produz-se um efeito de sentido de naturalização da ação, no caso, de naturalização do consenso. Apaga-se a alteridade.

3. ORIGEM DA LÍNGUA E IDENTIFICAÇÃO

O discurso sobre a origem da língua nacional do Brasil, tal como se configura no Museu da Língua Portuguesa, produz, ao mesmo tempo, um efeito de legitimidade da língua dos brasileiros, por sua filiação à tradição escrita do Velho Mundo (“nossa língua nasceu em Portugal e descende de povos ancestrais” – filme “Idiomaterno”), e um efeito de identidade nacional, por sua filiação às línguas indígenas, africanas e de imigração (“os encontros e desencontros entre essas culturas e falares criaram uma língua única, original e que continua a se reinventar todos os dias” – filme “Idiomaterno”).

Esse discurso sobre a origem da língua do Estado brasileiro se textualiza em vários artefatos do museu: na “Árvore de Palavras”, na “Grande galeria”, no filme “Idiomaterno” e nos painéis “As grandes famílias lingüísticas do mundo” e “História da Língua Portuguesa – linha do tempo”.

A “Árvore de Palavras” é uma escultura de aço com dezesseis metros de altura, que pode ser vista de qualquer um dos dois elevadores panorâmicos do museu. De dentro dos elevadores, o visitante avista esse artefato ouvindo uma música composta e cantada por Arnaldo Antunes (“Palavra língua”), uma espécie de mantra no qual os vocábulos “palavra” e “língua” são cantados em várias línguas diferentes.

Nas raízes da árvore vêem-se palavras do suposto indo-europeu; no tronco, palavras da Língua Portuguesa; e na copa, objetos que essas palavras representam. O jogo de luzes e sombras produz a impressão de palavras em movimento.



Figura 27 - Árvore de Palavras – criação Rafic Farah

Três coisas chamam a atenção: i. a concepção de “palavra” (e de “língua”) como “organismo vivo em constante mudança”, como se lê na explicação que aparece na Figura 28, abaixo; ii. a dualidade e o equívoco que trabalham a questão da origem da língua nacional do Brasil; iii. a articulação entre ciência e representação no discurso sobre a origem da língua nacional num país de colonização:



Figura 28 - Árvore de Palavras - Museu da Língua Portuguesa

Os estudos etimológicos na Antigüidade grega procuraram conhecer o sentido verdadeiro, original como meio de se chegar à natureza das palavras. Partindo do pressuposto de que a forma da palavra corresponde de modo natural e efetivo à coisa que designa, buscaram, pela interrogação do “sentido primeiro”, conhecer a “verdadeira” natureza das palavras.

Os estudos etimológicos se deslocaram dessa orientação mais filosófica da Antigüidade grega. A preocupação se deslocou da relação entre palavras e coisas para a relação entre as línguas. Passou-se a estudar a origem das palavras buscando estabelecer a origem das línguas pelas semelhanças entre elas.

No século XIX, associada à gramática histórica, a etimologia passou a conceber a palavra (e a língua) como “organismo vivo em constante mudança”, como se lê na Figura 28. Nessa perspectiva genética à qual o Museu da Língua Portuguesa se filia na “Árvore de Palavras”, a história da língua é concebida como evolução. A língua nacional do Brasil seria o resultado de uma evolução do suposto Indo-Europeu, a língua-mãe do Latim e do Grego clássicos e de todas as línguas vernáculas da Europa.

Pela filiação de sentidos à etimologia do século XIX, o Museu da Língua Portuguesa legitima a língua nacional do Brasil produzindo uma genealogia que associa, por origem, às línguas européias, mas, também, às línguas indígenas, representadas, na “Árvore de Palavras”, pelo Tupi, e às línguas africanas, representadas pelo Quimbundo. A questão da origem da língua nacional do Brasil está marcada, desse modo, pela dualidade e pelo equívoco, como já apontou Orlandi (2009a).

Isso acontece porque, como país de colonização, o Brasil se constitui em face das línguas indígenas e africanas, por um lado, e por outro, em face da língua do colonizador, a Língua Portuguesa. A língua nacional do Brasil se produz nessa dualidade na qual existe, de um lado, a relação com as línguas indígenas e africanas e, de outro, a relação com a Língua Portuguesa do colonizador.

Chamamos a atenção para as figuras 29, 30 e 31, abaixo, nas quais se pode depreender que, como estamos argumentando, uma face da história da língua nacional do Brasil é a relação, via língua do colonizador, com as línguas clássicas (o Latim e o Grego) e com as línguas vernáculas do Velho Mundo. A outra face é a relação com as línguas indígenas e africanas, representadas, na “Árvore de Palavras”, pelo Tupi e pelo Quimbundo:



Figura 29 - Árvore de Palavras - Museu da Língua Portuguesa



Figura 30 - Árvore de Palavras - Museu da Língua Portuguesa

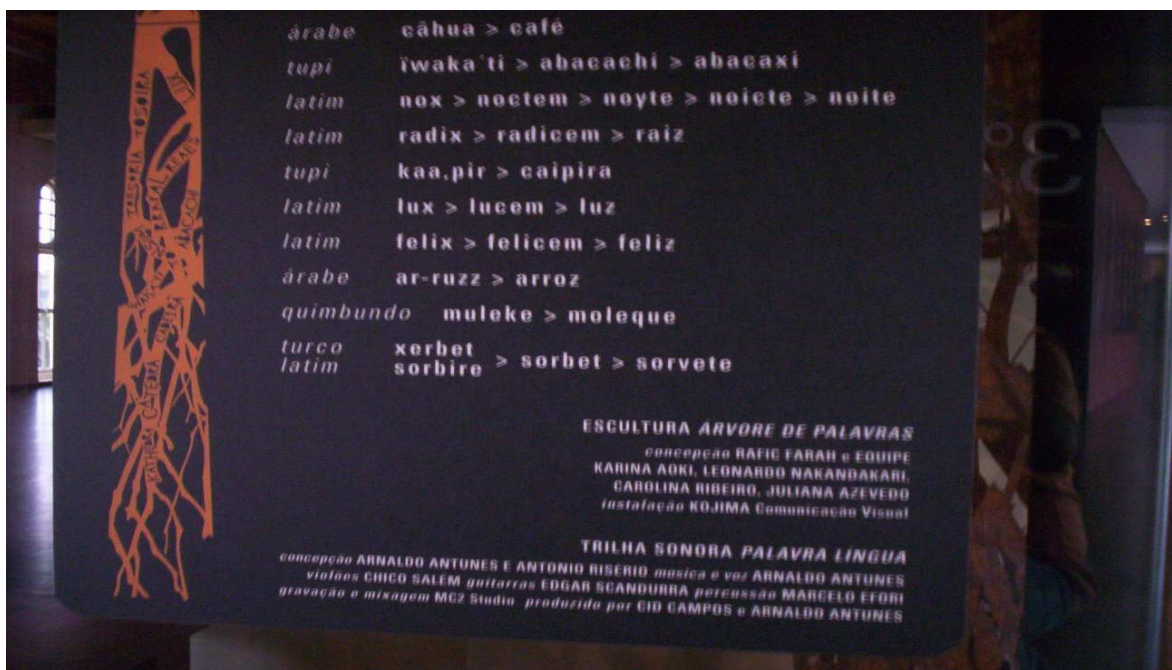


Figura 31 - Árvore de Palavras - Museu da Língua Portuguesa

A questão da origem de nossa língua nacional é tratada, ainda, no painel “As grandes famílias lingüísticas do mundo”:

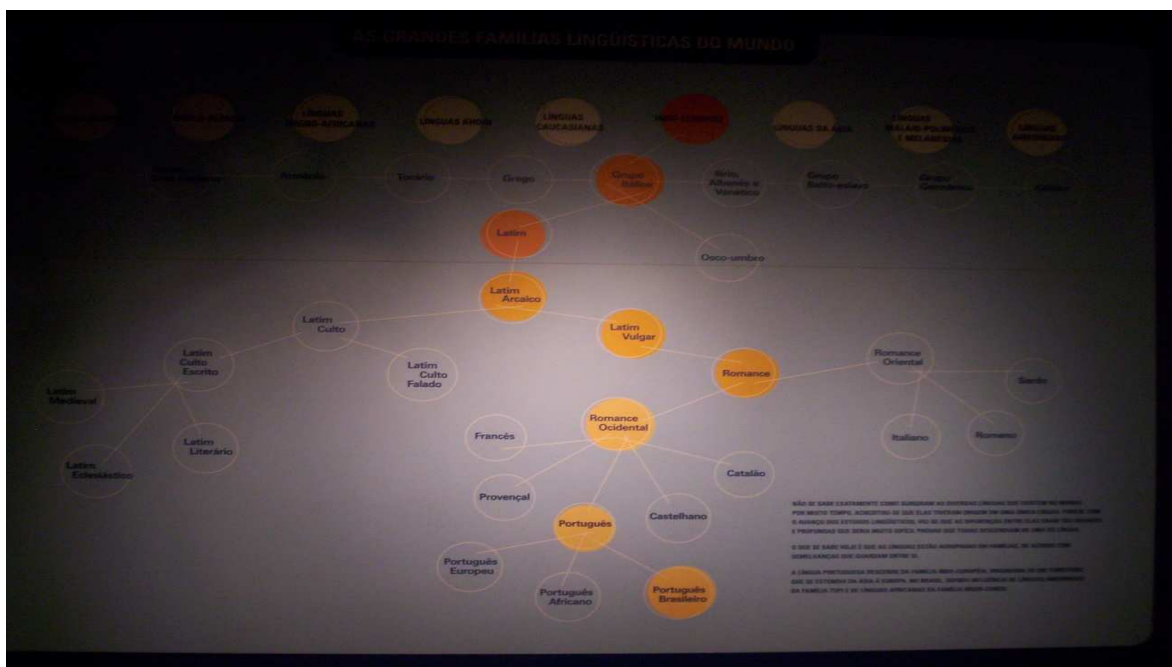


Figura 32 - As grandes famílias lingüísticas do mundo - Museu da Língua Portuguesa

Esse artefato do Museu da Língua Portuguesa se constitui por uma filiação de sentidos com a ideologia evolucionista que predominou nos estudos da linguagem no século XIX. Como assinala Kristeva ([1969] 2003, p. 197), no final do século XVIII ocorreu uma mudança que se manifestou na ideologia, na filosofia e nas ciências que se desenvolveram no século XIX: já não era suficiente formular regras de funcionamento ou correspondências entre os conjuntos analisados, tornou-se imperativo apreender esses conjuntos num gesto que os colocasse em linha ascendente.

Era o historicismo fundado na concepção evolucionista que surgia para se tornar a característica fundamental do pensamento do século XIX, inclusive no campo dos estudos da linguagem.

Como observa Kristeva (ibidem, p. 198), “o historicismo da idéia permanente, o princípio fixo da evolução, é o meio através do qual o idealismo reage contra o materialismo da Revolução Francesa”. O historicismo é, portanto, uma reação às transformações sociais ocorridas, sobretudo, no final do século XVIII: queda dos impérios e transformação dos Estados sob influência da Revolução Francesa.

A Revolução Francesa representou uma brecha, uma ruptura no “universo estático de ‘uma lógica natural’” (ibidem, p. 198) formulado pelo pensamento idealista e o historicismo surgiu para estabelecer uma “razão”, uma “lógica” que explicasse o motivo dessa ruptura. Como diz a autora, “o historicismo estabelece a sua *razão* para a ruptura para encontrar uma continuidade depois da fragmentação” (ibidem, p. 198).

É na linguagem que o historicismo do século XIX busca encontrar essa “razão” ou essa “lógica” que explicaria “o motivo da ruptura revolucionária e materialista, retomando-a no princípio fixo e tranquilizador da evolução” (ibidem, p. 198). Como afirma Kristeva (ibidem, p. 198-199), “o século XIX pretende demonstrar que a linguagem também tem uma evolução para basear nela o princípio da evolução da idéia e da sociedade”.

A autora segue dizendo que “na descoberta do sânscrito e no parentesco das línguas indo-européias, a ideologia evolucionista encontra o corolário lingüístico indispensável à sua instalação” (ibidem, p. 199). Nessa ideologia, “a sociedade é pensada a partir do modelo da linguagem vista como uma linha evolutiva” (ibidem, p. 199), mais precisamente, a partir do modelo da “evolução fonética”.

Foi nesse contexto epistemológico que surgiu e se desenvolveu a lingüística comparada e a lingüística histórica, substituindo a ordenação sintática dos gramáticos do século XVIII por uma concepção genealógica das línguas. Os estudos da linguagem do século XIX agruparam as línguas em famílias, estabelecendo-lhes a ascendência, como faz o museu na Figura 32, acima.

Deixando de tomar as categorias lógicas por explicação, a gramática histórica se filiou ao estudo dos seres vivos, dos organismos. A língua passou a ser pensada como “organismo vivo em constante mudança”, como está formulado, por filiação de sentidos, na “Árvore de Palavras” (Figura 28).

Essa mudança epistemológica analisada por Kristeva ([1969] 2003) foi importante para a construção da unidade lingüística das nações européias. O gesto de agrupar em famílias as línguas que se afirmavam como nacionais, estabelecendo-lhes, pela descrição da evolução de suas formas, uma origem já legitimada, teve como um de seus efeitos o apagamento de várias outras línguas faladas na Europa.

A questão da origem é, portanto, uma questão de política lingüística. É uma questão do Estado. E fala-se de origem, no Museu da Língua Portuguesa, pela filiação a esse quadro teórico desenvolvido no século XIX, quadro que concebe a história como evolução, que entende a mudança lingüística como evolução de uma língua.

O painel “As grandes famílias lingüísticas do mundo” (Figura 32), filiado a esses sentidos para a língua e para a história, produz teórica e discursivamente uma genealogia para a língua nacional do Brasil que a circunscreve à família das línguas européias descendentes do hipotético Indo-Europeu.

É interessante notar como esse artefato produz um efeito de unidade para a língua do Estado brasileiro deslocando a referência da língua:



Figura 33 - As grandes famílias linguísticas do mundo - Museu da Língua Portuguesa

Como se pode ver acima, o museu produz uma ramificação separando “Português Europeu” - “Português Africano” (de que nação africana?) - “Português Brasileiro”. O Romance Ocidental teria dado origem ao “Português” e esse, ao “Português Europeu”, ao “Português Africano” e ao “Português Brasileiro”.

Três línguas diferentes? Não. Três variações de uma mesma Língua Portuguesa. Note-se que quando esse painel refere uma mudança lingüística, há a mudança do nome da língua (Ex.: Indo-Europeu – Grupo Itálico – Latim – Romance – Português). Quando refere uma variação lingüística, há a permanência do nome da língua, modificado por um determinante (Ex.: Latim – Latim Arcaico – Latim Vulgar – Latim Culto – etc.).

Observe-se que, na genealogia produzida pelo museu, as línguas nacionais européias estão unidas pela linhagem, mas cada uma tem um nome próprio, que a identifica com um Estado. O nome dá unidade à língua e ao Estado. Como se vê na Figura 32, embora tenham originado do Latim, as línguas neolatinas não são designadas como Latim português, Latim espanhol, Latim romeno etc. As línguas diferentes que surgiram com o processo de colonização,

como, por exemplo, a Língua Brasileira, são compreendidas como variações da língua do colonizador.

O Português falado hoje em Portugal é significado como uma variação, assim como o Português falado no Brasil e nas nações da África. Com isso, o museu destitui a nação portuguesa da posição de autoridade em termos de língua. Destitui como referência. Produz-se o efeito de sentido de que a referência para a língua do Brasil é o Português antigo. Assim como o Brasil, Portugal é herdeiro de um Português antigo posto como origem comum. Produz-se discursivamente, desse modo, a unidade da língua nacional do Brasil em face da língua de Portugal e das nações africanas.

Note-se, abaixo, que o museu atribui essa unidade da língua do Brasil à relação da Língua Portuguesa ancestral com as línguas indígenas e africanas:

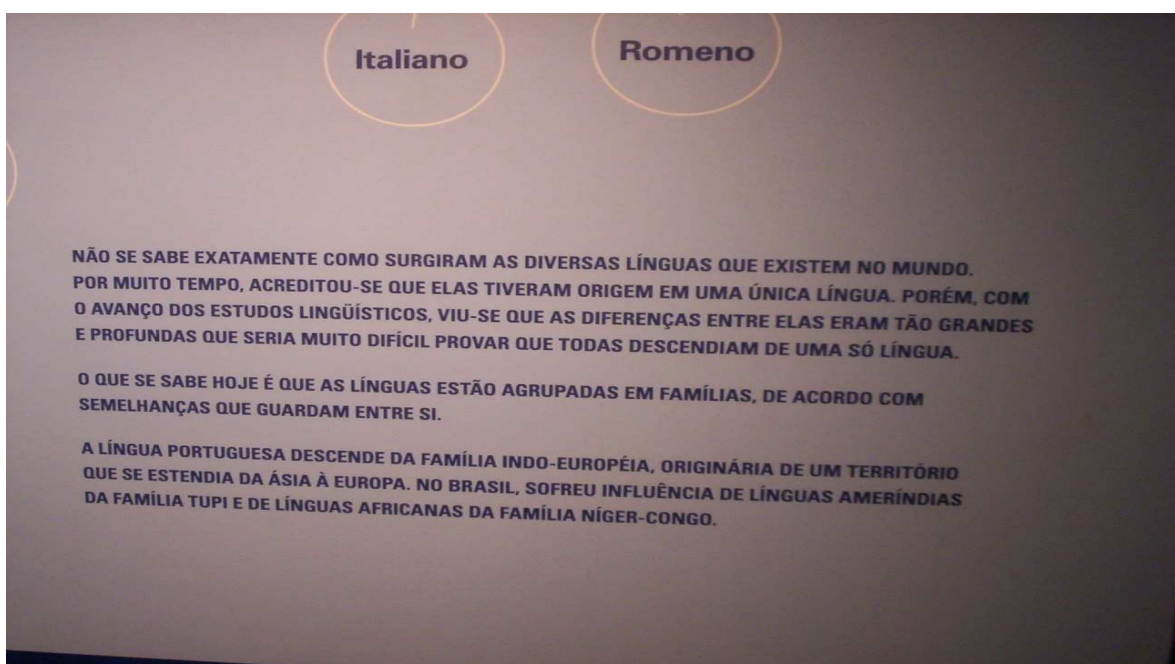


Figura 34 - As grandes famílias lingüísticas do mundo - Museu da Língua Portuguesa

O Museu da Língua Portuguesa significa a dualidade que trabalha a história da língua nacional do Brasil como situação de acréscimos, de

empréstimos, de influências, produzindo, com isso, o efeito de sentidos de continuidade da Língua Portuguesa do colonizador.

Essa redução da relação com as línguas indígenas e africanas a situação de empréstimos, de acréscimos ou de influências lingüísticas leva à interpretação da Língua Portuguesa do Brasil como variação mestiça da Língua Portuguesa ancestral:

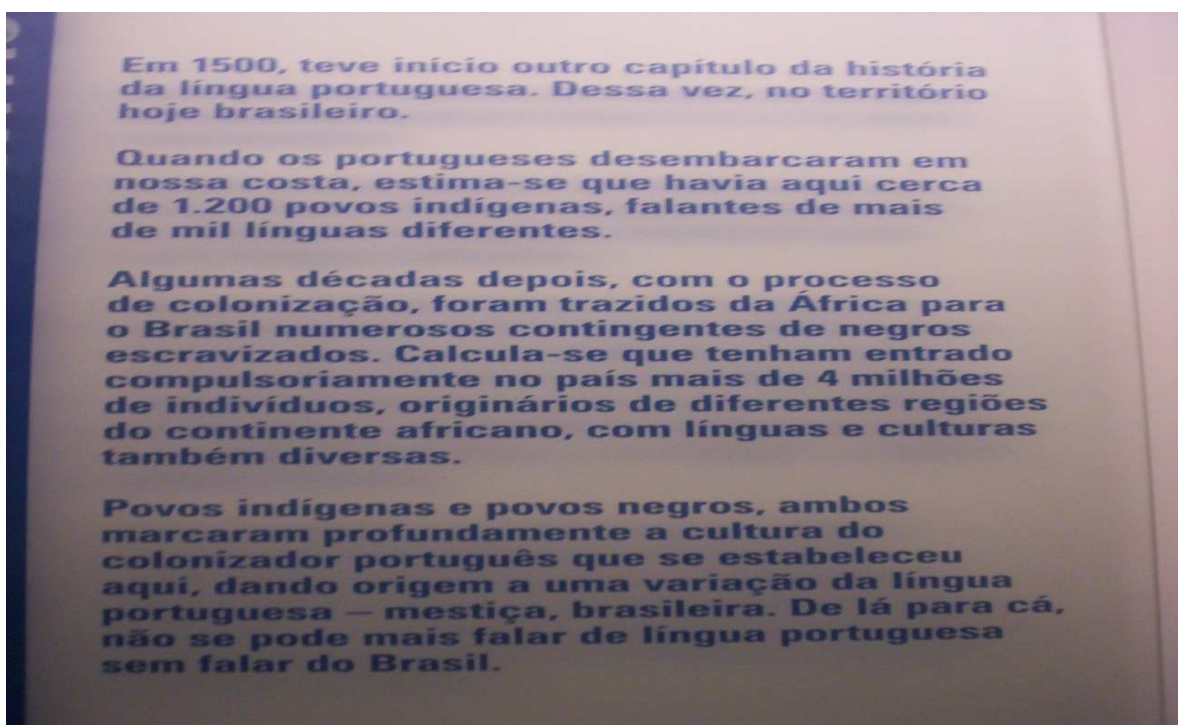


Figura 35 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa

Ao mesmo tempo em que há esse “gesto de interpretação” (ORLANDI, 1996b) da língua do Brasil como variação mestiça da Língua Portuguesa, reivindica-se o lugar de referência da Língua Portuguesa, o lugar do colonizador: “De lá para cá [1500], não se pode mais falar de Língua Portuguesa sem falar do Brasil”.

Reivindica-se a referência, mas não a existência de uma língua diferente, o Brasileiro. A língua falada no Brasil é significada como “outro capítulo

da história da Língua Portuguesa”. Nega-se que a dualidade à qual nos referimos anteriormente tenha dado origem a uma língua diferente no Brasil. Como se pode ver na Figura 32, funciona no Museu da Língua Portuguesa uma ideologia segundo a qual as mudanças lingüísticas cessaram com o surgimento das línguas nacionais da Europa. Tendo em vista os sentidos para a relação entre língua e nação que vêm do século XIX europeu, como não surgem mais novas línguas, não surgem, também, novas nações.

Contraditoriamente, o museu formula que a língua está em constante mudança, que “a língua se renova o tempo todo”, que está “em constante movimento”, que está “o tempo todo sendo reinventada”:

CULINARIA	Acabar em pizza: resultar em nada Abobrinha: conversa superficial; afirmação tola ou errada Galinha: indivíduo que varia facilmente de parceiro amoroso ou sexual
DANÇA	Dançar: dar-se mal em algo Quadrilha: bando de marginais
ESPORTES	Baixar a bola: ser mais simples, mais humilde Jogar a toalha: desistir Pisar na bola: errar; dar um fora
RELAÇÕES HUMANAS	Mano: amigo, camarada Meu: forma íntima de dirigir-se a alguém Tio: tratamento dado pelas crianças aos amigos dos pais

A língua se renova o tempo todo. Nesse processo, a criatividade do brasileiro toma emprestadas palavras e expressões de áreas culturais específicas (culinária, dança, futebol etc.) e lhes atribui novos significados na língua comum

1937 ► *Tragédia burguesa, I, Mundos mortos,*
Getúlio de Faria

1938 ► *Vidas secas,*
Graciliano Ramos

Figura 36 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa

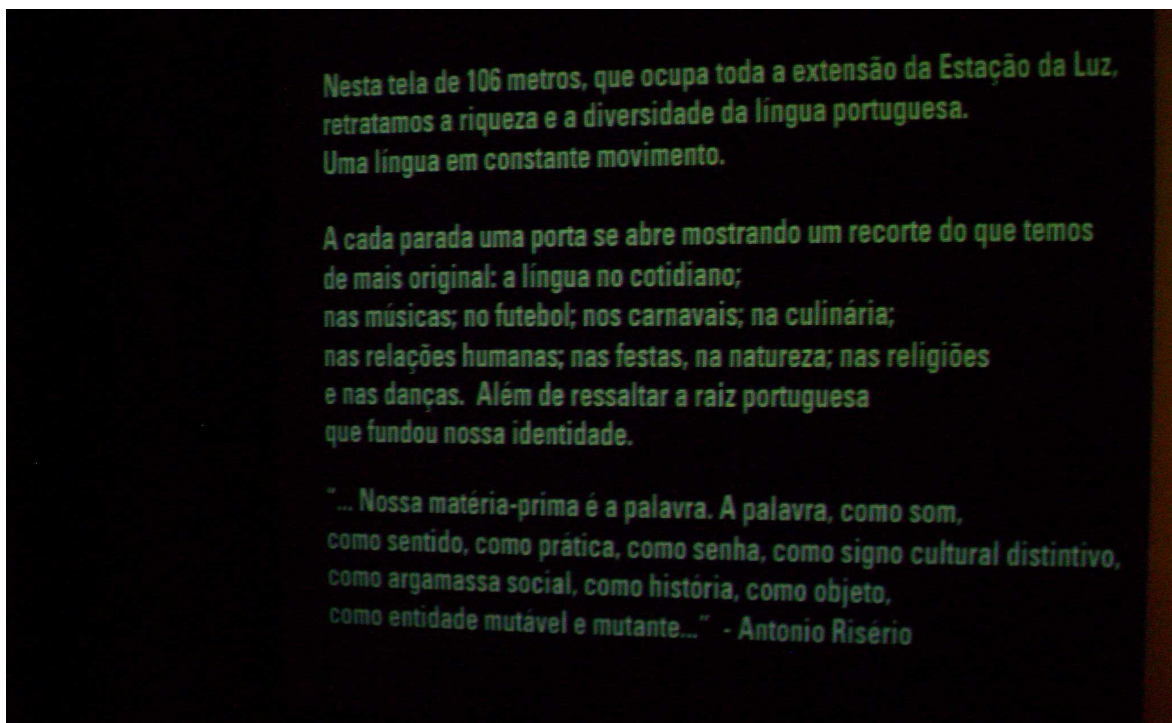


Figura 37 - Grande Galeria - Museu da Língua Portuguesa

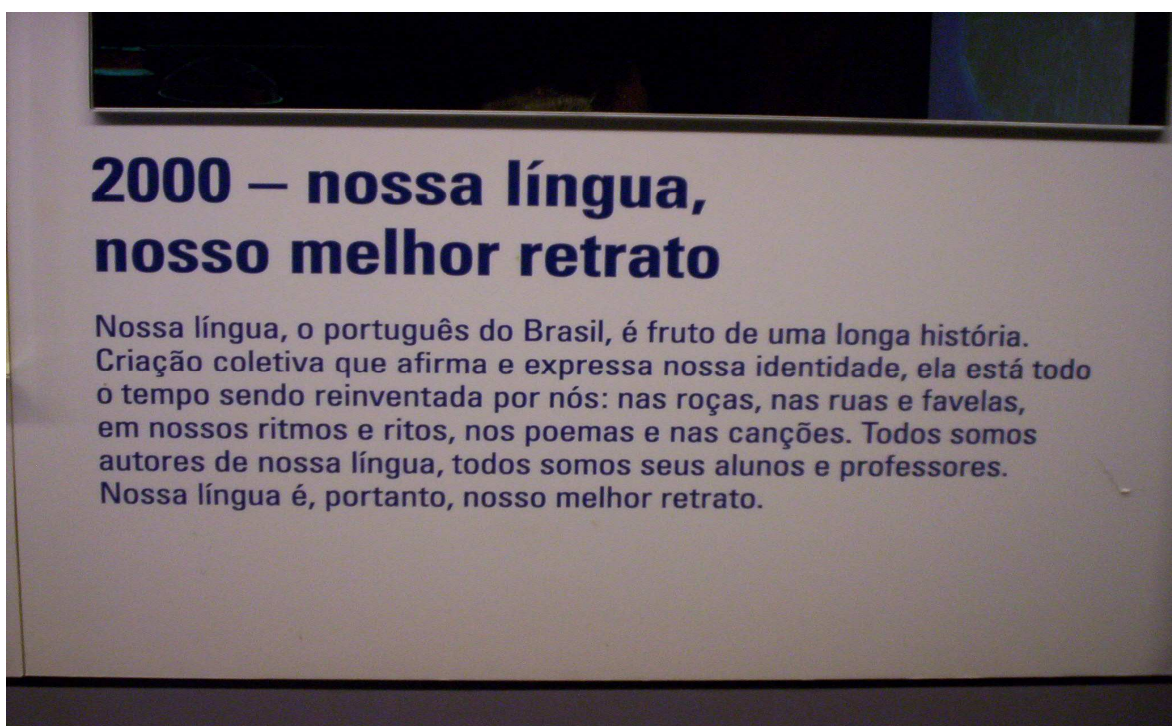


Figura 38 - Linha do Tempo - Museu da Língua Portuguesa

Sobre esse ponto, vale lembrar que, como afirma Orlandi (2002, p. 70),
“a ideologia funciona pelo equívoco e se estrutura sob o modo da contradição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação discursiva dominante no Museu da Língua Portuguesa é a da lusofonia, com sua Língua Portuguesa imaginária. A inscrição do museu nessa região de sentidos não ocorre, porém, sem contradições, sem equívocos. Sentidos produzidos no/pelo processo de descolonização lingüística do Brasil fazem vacilar essa discursividade. A descolonização funciona como o real da língua e do discurso no museu.

Posições-sujeito equívocas e contraditórias se constituem no museu pela concorrência de duas posições discursivas distintas: a conformada pela relação de colonização e a produzida pela descolonização. Essas posições são relativas a diferentes situações enunciativas em nossa história política e social.

Orlandi (2002) fala em duas situações enunciativas que constituem o nosso saber sobre a Língua Portuguesa. Na situação enunciativa I, o colonizador português reconheceu e nomeou as coisas, seres e acontecimentos da colônia a partir de elementos deslocados de sua memória lingüística. Nos primeiros momentos da presença dos portugueses no Brasil, a questão era como nomear o novo mundo (relação palavra/coisa), o que já produzia deslocamentos na memória lingüística portuguesa.

Aos poucos, essa questão cedeu lugar a outra: no Brasil se nomeia de uma forma e em Portugal de outra (relação palavra/palavra). Como continua a autora, a construção discursiva do referente cedeu lugar à distinção, à classificação. A diferença entre o Brasil e Portugal foi se tornando cada vez mais uma diferença de língua.

Nenhuma língua é indiferente às condições materiais em que funciona. Desse modo, a transferência da Língua Portuguesa para o Brasil produziu o que Orlandi (1990, 1993a, 2007, 2009a) chama de “acontecimento lingüístico”, lembrando que o acontecimento é o “ponto de encontro de uma atualidade e uma

memória” (PÊCHEUX, [1983] 1997a, p. 17), lugar de deslizos, de deslocamentos, de transferências de sentidos.

Em face de materialidades diferentes, o funcionamento da Língua Portuguesa deste lado do Atlântico produziu efeitos de sentidos também diferentes, que constituíram, aos poucos, uma memória discursiva distinta da portuguesa. Como analisa Orlandi (1993a), produziu-se uma “disjunção” na história da Língua Portuguesa. A língua transferida para o Brasil mudou, tornou-se numa língua diferente da língua da colonização.

Nessa situação enunciativa I, o discurso da colonização significou como erro as diferenças que se foram produzindo historicamente entre a Língua Portuguesa gramatizada por Portugal e a língua em funcionamento no Brasil. Na posição do colonizador, a Língua Portuguesa de Portugal significava civilização (em oposição à barbárie das línguas dos povos conquistados) e, como língua instituída da nação portuguesa, devia ser falada por todos nas colônias.

Apagando o processo de historicização da língua da colonização, o conhecimento produzido sobre a Língua Portuguesa, nas gramáticas e dicionários da época, universalizou a Língua Portuguesa gramatizada por Portugal como norma a ser seguida na metrópole e no Brasil. Os estudos sobre essa língua realizados no Brasil se subordinaram à apropriação do Brasil por Portugal, como aponta Orlandi (2000). Com raras exceções, somente a partir do século XIX, quando se estabeleceu a situação enunciativa II, os estudos sobre a Língua Portuguesa feitos no Brasil tornaram-se questão brasileira.

A situação enunciativa II transferiu a unidade imaginária e a universalidade para a Língua Portuguesa falada no Brasil. Nessa situação enunciativa, a diversidade passou a referir ora a Língua Portuguesa de Portugal, ora as diferenças lingüísticas produzidas pelos modos como a Língua Portuguesa se reterritorializou no Brasil.

As mudanças políticas ocorridas no Brasil, na primeira metade do século XIX, criaram as condições para a produção de um saber sobre a Língua Portuguesa a partir de uma posição-sujeito gramático brasileiro, definida como

“lugar de produção legítima de conhecimento sobre a língua que corresponde a um gesto de *apropriação* (autoria) dessa língua” (ORLANDI, *ibidem*, p. 28). A partir desse momento, colocou-se para nossos gramáticos e lexicógrafos, com mais sistematicidade, não só a questão da Língua Portuguesa, mas a questão da Língua Portuguesa em funcionamento no Brasil.

O processo brasileiro de gramatização da Língua Portuguesa que então se desenvolveu caracterizou-se pela articulação estreita com o processo de construção da nação brasileira, de formação da identidade nacional, de construção da língua nacional, resultando na constituição de um sujeito nacional brasileiro, de um cidadão brasileiro com sua língua própria, língua que ganhou visibilidade na gramática e no dicionário.

A situação enunciativa I conformou sentidos para a Língua Brasileira que ressoam na situação enunciativa II, produzindo o equívoco, a ambigüidade, a contradição. Na situação enunciativa II encontramos, com bastante freqüência, autores como Lima Sobrinho ([1958] 2000), que defende a inexistência de uma Língua Portuguesa brasileira. As diferenças entre a Língua Portuguesa daqui e d'além-mar são designadas pelo autor como “regionalismos”, “dialetos”, “linguajares”, “falares”, “provincianismos” etc. Apesar das diferenças, argumenta ele, falamos todos a mesma língua de Camões.

Para o autor, “há fenômenos de dialeção, mas não existe unidade e generalidade e extensão suficiente nesses fenômenos, para que possam constituir um novo idioma” (*ibidem*, p. 85). Diante disso, ele defende uma “política de unidade”.

Note-se que, embora Lima Sobrinho se inscreva, por filiações de sentidos, na discursividade constituída pela situação enunciativa I, há nele um deslocamento, um deslizamento de sentidos. As diferenças não são descritas ou explicadas como erro, ou desvio, ou corrupção da língua, sentidos interditados pela situação enunciativa II, mas como variações que não correspondem, contudo, a uma mudança lingüística.

Na situação enunciativa II, continua produzindo efeitos o discurso da lusofonia, que se sustenta no imaginário do “suposto peculiar *modo português de estar no mundo*”, imaginário que, como analisa Thomaz (2007, p. 50), remonta às décadas de 1930 e 1940.

Esse discurso que cria um imaginário mundo português unido pela língua foi produzido, com mais insistência, no governo de Salazar, a partir da segunda metade da década de 1950, quando intelectuais portugueses e brasileiros passaram a formular em termos teóricos “a existência de um *mundo português* em diferentes territórios tropicais” (ibidem, p. 50).

Sentidos constituídos pela situação enunciativa I e sentidos constituídos pela situação enunciativa II estão em funcionamento no Museu da Língua Portuguesa, conformando sentidos para a língua, para o sujeito e para o Estado brasileiro. Essa contradição produz relações equívocas com a língua e o Estado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. G.; COX, M. I. P. A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX. **Polifonia**, Cuiabá, ano 4, n. 3, p. 31-59, 1997.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- AUROUX, S. **A filosofia da linguagem**. Tradução José Horta Nunes. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998a.
- AUROUX, S. Língua e hiperlíngua. Tradução Eduardo Guimarães. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 1, p. 17-30, janeiro-junho 1998b.
- BOSI, A. O fio vermelho. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 maio 1981. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/bosi_fio_vermelho.htm. Acesso em: 21 outubro 2008.
- COUTINHO, I. L. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. A palavra: uma história de dissonâncias entre professores e aprendizes da escrita. In: COX, M. I. P.; ASSIS-PETERSON, A. A. (Orgs.). **Cenas de sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 51-80.
- CURTIUS, E. R. **Literatura européia e Idade Média latina**. Tradução Teodoro Cabral; Paulo Rónai. São Paulo: Hucitec : Editora da USP, 1996.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIAS, L. F. **Os sentidos do idioma nacional: as bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- DIAS, L. F. O nome da língua no Brasil: uma questão polêmica. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das idéias lingüísticas: construção do saber**

metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p. 185-198.

ELIA, S. **A unidade lingüística do Brasil.** Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

FOUCAULT, M. Poder e saber. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Michel Foucault: estratégia, poder-saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 223-240.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação.** Campinas: Pontes, 2002.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império.** Tradução Berilo Vargas. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HENRY, P. Constructions relatives et articulations discursives. **Langages**, Paris, n. 37, p. 81-98, março 1975.

HENRY, P. A História não existe? Tradução José Horta Nunes. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso.** 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 29-53.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade.** Tradução Maria Celia Paoli; Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KRISTEVA, J. **História da linguagem.** Tradução Maria Margarida Barahona. Lisboa: Edições 70, 2003.

LE GOFF, J. **História e memória.** Tradução Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA SOBRINHO, B. **A Língua Portuguesa e a unidade do Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX: neurose.** 9. ed. Tradução Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar. **Linguística: questões e controvérsias**, Uberaba, p. 9-26, 1984.

ORLANDI, E. P. A análise de discurso: algumas observações. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, vol. 2, n. 1, p. 105-126, 1986.

ORLANDI, E. P. **Terra à vista – discurso do confronto: Velho e Novo Mundo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

ORLANDI, E. P. Língua Brasileira. **Anais da ABRALIN**, São Paulo, p. 41-52, 1993a.

ORLANDI, E. P. Prefácio / Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. Campinas: Pontes, 1993b. p. 7-25.

ORLANDI, E. P. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 52-59, janeiro-março 1994.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

ORLANDI, E. P. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: PEREIRA DE CASTRO, M. F. (Org.). **O método e o dado no estudo da linguagem**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996a. p. 209-218.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1996b.

ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria. **Relatos**, Campinas, n. 4, p. 2-5, 1997.

ORLANDI, E. P. Apresentação: sobre escrita / Reflexões sobre escrita, educação indígena e sociedade. **Relatos**, Campinas, n. 5, p. 5-22, 1999a.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999b.

ORLANDI, E. P. O Estado, a gramática, a autoria: língua e conhecimento lingüístico. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 4/5, p. 19-34, dezembro 1999 - junho 2000.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das Idéias**

Linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p. 21-38.

ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Para uma enciclopédia da cidade.** Campinas: Pontes : Labeurb/UNICAMP, 2003.

ORLANDI, E. P. A língua brasileira. **Ciência e cultura**, São Paulo, v. 57, n. 2, p. 29-30, junho 2005.

ORLANDI, E. P. Processo de descolonização lingüística e “lusofonia”. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 9-19, janeiro-junho 2007.

ORLANDI, E. P. **Língua brasileira e outras histórias – discurso sobre a língua e ensino no Brasil.** Campinas: Editora RG, 2009a.

ORLANDI, E. P. Processo de descolonização lingüística: as representações da língua nacional. In: GALVES, C.; GARMES, H.; RIBEIRO, F. R. (Orgs.). **África-Brasil: caminhos da Língua Portuguesa.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2009b. p. 211-223.

ORLANDI, E. P. **A casa e a rua: uma relação política e social.** 2009c, inédito.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, julho-dezembro 1990.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento.** Tradução Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 1997a.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux.** Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997b.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio.** Tradução Eni Puccinelli Orlandi *et. al.* 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997c.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. Tradução José Horta Nunes. In: ACHARD, P. *et al.* **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PFEIFFER, C. C. O saber escolarizado como espaço de institucionalização da língua. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (Orgs.). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005. p. 27-39.

RIBEIRO, J. **Grammatica Portugueza**. São Paulo: Jorge Seckler, 1881.

SAID, E. **Cultura e imperialismo**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 50.322, de 8 de dezembro de 2005. Institui, na Secretaria da Cultura, o Museu da Língua Portuguesa e dá providências correlatas. Disponível em: <http://www.legislacao.sp.gov.br>. Acesso em: 17 janeiro 2011.

SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHAER, R. **L'invention des musées**. Paris: Gallimard, 1993.

SEROT, P. La linguistique spontanée des traceurs de frontières. **Cahiers de l'ILSL**, Lausanne, n. 8, p. 277-304, 1996.

SEROT, P. Ethnos e demos: a construção discursiva da identidade coletiva. Tradução Eni Puccinelli Orlandi, **Rua**, Campinas, n. 7, p. 11-20, 2001.

SERRANI, S. M. **A linguagem na pesquisa sociocultural: um estudo da repetição na discursividade**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

SIMÕES, E. A casa da língua. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 março 2006, Ilustrada, p. 12.

THOMAZ, O. R. **Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; São Paulo: FAPESP, 2002.

THOMAZ, O. R. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. In: BASTOS, C.; ALMEIDA, M. V.; FELDMAN-BIANCO, B. (Orgs.). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 45-70.

WAQUET, F. Le savoir comme patrimoine du genre humain. In: GRANGE, D. J.; POULOT, D. (Orgs.). **L'esprit des lieux: le patrimoine et la cité**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1997. p. 37-45.

WEBER, J. H. **A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

AUROUX, S. **A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências**. Tradução Mariângela Peccioli Gali Joanilho. Campinas: Editora RG, 2008.

AUROUX, S. **Filosofia da linguagem**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2009.

FERREIRA, M. C. L. **Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. **A língua inatingível: o discurso na história da Lingüística**. Tradução Bethania Mariani; Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GUIMARÃES, E. Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 127-138.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. Apresentação: identidade lingüística. In: GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.

GUIMARÃES, E. Língua de civilização e línguas de cultura: a língua nacional do Brasil. In: BARROS, D. L. P. (Org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: FAPESP : EdUSP, 2000. p. 169-180.

GUIMARÃES, E. Para uma história dos estudos sobre linguagem. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 8, p. 115-124, julho-dezembro 2001.

HAROCHE, C. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Tradução Celina Cardim Cavalcante. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MARIANI, B. Colonização lingüística e efeitos de memória. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 12, p. 9-19, julho-dezembro 2003.

MARIANI, B. S. C. **A colonização lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4. ed. Campinas: Pontes, 1996.

ORLANDI, E. P. Efeitos do verbal sobre o não-verbal. In: MAGALHÃES, I. (Org.). **As múltiplas faces da linguagem**. Brasília: Editora UnB, 1996. p. 461-473.

ORLANDI, E. P. Ética e política lingüística. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 7, p. 7-16, janeiro-junho 1998.

ORLANDI, E. P. Entrar na sociedade geral dos cidadãos. Caminhos da história, trajetos do político. In: BARROS, D. L. P. (Org.). **Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: FAPESP : EdUSP, 2000. p. 119-130.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **História das Idéias Lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes; Cáceres: UNEMAT Editora, 2001. p. 7-20.

ORLANDI, E. P. O contato entre línguas e a relação ao outro: uma leitura possível de Serafim da Silva Neto. In: GUIMARÃES, E.; BRUM-DE-PAULA, M. R. (Orgs.). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005. p. 57-67.

ORLANDI, E. P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

PAYER, M. O. **Memória da língua: imigração e nacionalidade**. São Paulo: Escuta, 2006.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. Tradução Maria das Graças Lopes Morin do Amaral. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 55-66.

PÊCHEUX, M. Sobre a (des-)construção das teorias lingüísticas. Tradução Celene M. Cruz; Clémence Jouët-Pastré. **Línguas e instrumentos lingüísticos**, Campinas, n. 2, p. 7-32, julho-dezembro 1998.

RANCIÈRE, J. **Os nomes da história: um ensaio de poética do saber**. Tradução Eduardo Guimarães; Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes; São Paulo: EDUC, 1994.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento: política e filosofia**. Tradução Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil 1: de Varnhagen a FHC**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROBIN, R. **La mémoire saturée**. Paris: Éditions Stock, 2003.

SILVA, G. J. **História antiga e usos do passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sob o regime de Vichy (1940-1944)**. São Paulo: Annablume : FAPESP, 2007.